

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de
Estudos Pós-graduados em Filosofia

Pedro Machado Camarote

Biopolítica em Foucault e os dispositivos de majoração da vida

Mestrado em Filosofia

São Paulo

2014

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de
Estudos Pós-graduados em Filosofia

Pedro Machado Camarote

A Biopolítica e os dispositivos de majoração da vida

Mestrado em Filosofia

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Pau-
lo, como exigência parcial para obtenção
do título de Mestre em Filosofia sob a
orientação do Prof. Dr. Peter Pál Pelbart

Banca Examinadora

Sumário

I Agradecimentos _____	2
II Resumo _____	3
III Introdução _____	4
Capítulo 1 - Crítica ao economismo na teoria do poder _____	8
1.1) Economismo na teoria do poder _____	8
1.2) Contrapartida _____	10
Capítulo 2 - A biopolítica na saúde _____	17
2.1) <i>A medicina e a política</i> _____	17
2.2) <i>A crise da medicina ou a crise da antimedicina</i> _____	22
2.3) <i>O nascimento da medicina social: Problema e hipótese</i> _____	31
2.4) <i>As três fases do processo de gênese da medicina social e suas implicações para a gestão da vida em sociedades capitalistas contemporâneas</i> _____	33
2.5) <i>A gestão estatal da vida</i> _____	37
2.6) <i>A gestão da vida urbana</i> _____	39
2.7) <i>A medicina dos pobres</i> _____	45
2.8) <i>Medicalização do Hospital</i> _____	51
Capítulo 3 – Sexualidade e Biopolítica _____	57
3.1) Dispositivo de sexualidade e a vontade de saber _____	59
3.2) A hipótese repressiva e a representação jurídica discursiva do poder ____	65
3.2.1) Antes da repressão a incitação e produção da sexualidade _____	65
3.2.2) O poder jurídico discursivo nas bases da visão repressiva do poder ____	75
3.3) Dispositivos _____	80
3.4) Analítica do poder _____	88
3.4.1) A questão do nominalismo _____	92
3.4.2) Poder e resistência _____	93
3.5.3) Intencionalidade não subjetiva do poder _____	95
4) Considerações Finais _____	97
Bibliografia _____	102

Agradecimentos

Gostaria de dedicar este trabalho e minha profunda gratidão a todos que estiveram a meu lado, pensando, sugerindo, colaborando e mantendo minha vontade viva para atravessar esse sonho e muito outros que vieram juntos. Faço uma dedicatória especial a meu filho Martin e à Thalita, que trouxeram força renovada e razões concretas para meus estudos sobre o poder e a vida. Não deixo de lembrar de toda minha família, sempre atenta e preocupada, assim como, de meus amigos Filósofos que entraram nesse mesmo processo e meus amigos da Polifonia que acolheram e me ajudaram a levar a cabo uma pesquisa que, sem dúvida, reflete na percepção da Escola que estamos construindo juntos.

Resumo: O conceito de biopolítica em Foucault, situado no cruzamento de práticas políticas e os campos da medicina, da sexualidade, da guerra de raças, da segurança e da economia permite compreender certas formas de ação do poder sobre a vida nas sociedades contemporâneas. O recorte apresentado privilegia a crítica do autor às representações economicistas e repressivas do poder, assim como as transformações ocorridas na passagem do regime de soberania ao do biopoder. Além disso, procura mostrar os mecanismos de majoração da vida surgidos a partir da medicina social e do dispositivo de sexualidade, e percorre alguns desdobramentos da questão na obra de Foucault.

Abstract: Foucault's concept of biopolitics, situated at the intersection of political practices and medical fields, sexuality, race wars, security and the economy, allows us to understand certain forms of action by the establishment upon life in contemporary societies. The section that was presented indulges the author's criticism towards the economically oriented and repressive representations of the establishment, as well as the transformations that occurred in the transition from sovereignty to bio-power. Furthermore, it seeks to show the mechanisms of life extension that came about from social medicine and the sexual device, and runs through some of the revelations on the matter in Foucault's work.

INTRODUÇÃO

Iniciamos o percurso no vasto campo das análises foucaultianas do biopoder, valendo-nos das reflexões que dão partida ao seu curso de 1976, *Em Defesa da Sociedade*. Duas características que o autor atribui à produção crítica do pós-guerra nos ajudam a compreender o pensamento genealógico que ele produz. A primeira é a identificação de uma crítica local eficaz, que de fato opera efeitos diferenciais na compreensão geral dos domínios teóricos e práticos, sobre os quais intervém; são sinais de “uma espécie de produção autônoma, não centralizada, ou seja, que para estabelecer sua validade, não necessita da chancela de um regime comum.” (Foucault, 2005, p. 11) Portanto, uma produção que agencia as muitas e dispersas vozes, sem por isso perder sua consistência em decorrência de sua capilarização, ou mesmo por qualquer processo de centralização e sistematização desse emaranhado disperso de investidas críticas.

A segunda característica, que ajuda o autor a delinear uma visão de conjunto do pensamento crítico com o qual ele se alinha, é decorrente da primeira e está intimamente ligada a ela. Com ela nos é apresentada uma *reviravolta de saber*, no bojo da qual se identifica um levante dos “*saberes sujeitados*” (Foucault, 2005, p. 11). No interior dessa reviravolta são retomadas duas formas de saber, cujas qualidades específicas se desdobram em dois campos distintos. Num primeiro momento, o autor busca conteúdos históricos marginalizados. Temos aí a retomada *genealógica* dos *saberes sujeitados*, os quais são compreendidos como “blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição.” (Foucault, 2005, p. 11)

No segundo momento, a qualidade dos *saberes sujeitados* levada em conta é o que pode se chamar de “saber das pessoas” (Foucault, 2005, p. 12). Aqui reúne-se toda a espécie de saberes que, por não serem desenvolvidos segundo uma lógica conceitual, acabam desqualificados como saberes insuficientemente elaborados, de baixa ascensão na hierarquia do conhecimento, uma vez que são

acusados de não atingir o grau de cientificidade requerido para serem considerados válidos e verdadeiros.

O estranho paradoxo ocasionado pelo acoplamento das duas séries de saber descritos - saberes eruditos e técnicos esquecidos, em composição com o saber local e singular das pessoas -, longe de representar um contrassenso para Foucault, é antes visto como a própria força motriz desse processo crítico:

“foi nesse acoplamento entre os saberes sepultados da erudição e os saberes desqualificados pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências que se decidiu efetivamente o que forneceu à crítica dos discursos destes últimos quinze anos a sua força essencial.” (Foucault, 2005, p. 12)

A possibilidade de um acoplamento inesperado como esse se deve ao fato de que, nos dois casos, se tratava de saberes históricos das lutas e de suas memórias, de um esforço comum para retirar tais memórias da tutela de discursos oficiais e interessados no esquecimento dos conflitos e lutas travadas pelas pessoas, pelos pensadores e pelos regimes de poder.

Chegamos, portanto, ao ponto de intersecção que nos interessa, no qual o autor faz cooperar o movimento histórico do qual tomou parte, o tipo de alinhamento que existe entre a produção crítica dessa época e a definição daquilo que entende por genealogia, não só em seu pensamento, mas também no de seus pares.

“Assim se delinearam pesquisas genealógicas múltiplas, a um só tempo redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates; e essas genealogias, como acoplamento desse saber erudito e desse saber das pessoas, só foram possíveis, e inclusive só puderam ser tentadas, com uma condição: que fosse revogada a tirania dos discursos englobantes, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas.” (Foucault, 2005, p. 13)

Nesse sentido, a atividade genealógica traçada por Foucault busca fazer intervir os saberes locais, descontínuos e desqualificados, nas instâncias teóricas que pretendem filtrá-los, classificá-los na hierarquia e na ordem dos conhecimentos considerados verdadeiros. Algo que favorece os direitos adquiridos por uma ciência mantida sob a tutela de grupos seletos, instituições e mecanismos de governo e

gestão da sociedade. É nessa perspectiva que a genealogia se torna *anticiência*; postura filosófica que não deve se confundir com a negação das formas de saber científico, reivindicação do direito à ignorância ou enaltecimento das experiências imediatas ainda não codificadas. O que se apresenta é antes a necessidade da insurreição dos saberes. Insurgência dirigida não à forma, ao conteúdo, aos conceitos ou aos métodos dos discursos qualificados pela clivagem científica, mas aos “efeitos centralizadores de poder que são vinculados às instituições e ao funcionamento de um discurso científico organizado numa sociedade como a nossa.” (Foucault, 2005, p. 14)

Partindo das observações anteriores, percebe-se nos objetivos da genealogia, entendida como *anticiência*, a existência de um pano de fundo comum de acontecimentos históricos recentes, que se deram no campo do poder e das lutas políticas, assim como no das sínteses teóricas que alimentaram e foram alimentadas em meio a tais acontecimentos. Nota-se que a marca dos regimes totalitários europeus, seja o stalinismo seja o nazismo, foram o sinal de que algo novo se dera nesses campos: práticas políticas e todo um campo de discursividade científica cuja genealogia e desdobramentos ainda deveriam ser esclarecidos para que o funcionamento do poder e suas implicações fossem conhecidas em suas expressões atuais.

“O que está em jogo em tais genealogias... é isso: o que é esse poder, cuja irrupção, cuja força, cuja contundência, cujo absurdo apareceram concretamente no decorrer desse últimos quarenta anos, ao mesmo tempo na linha de desmoronamento do nazismo e na linha de recuo do stalinismo? O que é o poder? Ou melhor – porque a pergunta: ‘O que é o poder?’ seria justamente uma questão teórica que coroaría o conjunto, o que eu não quero –, o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esse diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas. Grosso modo, acho que o que está em jogo em tudo isso é o seguinte: a análise do poder, ou a análise dos poderes, pode de uma maneira ou de outra, ser deduzida da economia?” (Foucault, 2005, p. 19)

Foucault aponta os sinais históricos, sociais e políticos que construíram novas demandas relativas à análise do poder em seu funcionamento. São sinais presentes nas práticas de governo de Estados contemporâneos que, para Foucault, já não podiam mais ser compreendidos segundo a grade de inteligibilidade de teorias do poder baseadas na economia, na noção de soberania ou de repressão, como se verá.

Nesse sentido, entende-se que as genealogias das técnicas biopolíticas e das artes de governar surjam na esteira dessa demanda. Pois trata-se de pensar o poder naquilo que excede suas relações econômicas, o que demanda uma visão histórica que remeta ao nascimento de novas tecnologias que investem a vida de maneira inédita a partir do século XVIII, assim como de acompanhar seu desenvolvimento e suas transformações até a atual configuração dos Estados e das formas de governo que exercem e regulam o poder sobre a vida.

1. CRÍTICA AO ECONOMISMO NA TEORIA DO PODER

1.1. Economismo na teoria do poder

Foucault tenta entender o poder para além das relações econômicas e assim busca dissolver esse ponto comum às teorias modernas referentes ao poder e seu funcionamento. O economismo na teoria do poder é como o autor define esse ponto de aglutinação, que é também o que ele usa para alinhar teorizações do poder que, à primeira vista, não seriam passíveis de aproximação.

Para Foucault existe uma continuidade entre a concepção jurídica e liberal do poder, presente no pensamento de filósofos contratualistas do século XVIII, e a concepção mais corrente do marxismo. Continuidade que encontra na economia o seu denominador comum e o princípio de inteligibilidade das práticas de poder e saber, assim como do funcionamento da sociedade e da distribuição do poder em suas redes de relações.

No caso da concepção marxista, a função da economia se apresenta como um ponto passivo e determinante em sua constituição. A leitura feita por Foucault deita raízes na noção de “funcionalidade econômica”. (Foucault, 2005, p. 20) Partindo dela é possível afirmar que a concepção marxista encontra na economia sua razão de ser histórica, na medida em que é o poder o gestor de determinadas relações de produção que, desenvolvendo-se e aprofundando suas modalidades de apropriação das forças produtivas, conduzem à dominação de classes e a reproduzem.

Percebe-se, por conseguinte, que na relação entre o político e o social existe um trânsito circular, que recai sempre sobre o aspecto socioeconômico e encontra aí seu ponto de partida e de chegada. Nesse sentido o Estado, como representação do poder político, toma forma como efeito das relações de produção, ao mesmo tempo que seria o responsável pela disseminação e reprodução dessa mesma forma

poder. Temos portanto, uma visão do poder como algo que irradia do topo à base, das camadas centrais aos extratos periféricos.

A teoria jurídica clássica, proveniente do pensamento liberal de direita, apresenta uma relação menos óbvia com a economia. Nesse caso, entende-se o poder como um bem do qual o indivíduo dispõe, como algo que todos possuem de direito. Sob essa configuração torna-se possível a ideia da fundação do poder na base de uma troca contratual, por meio da qual todos os sujeitos cederiam seus direitos de pleno exercício de um poder individual em favor da constituição de uma soberania política comum.

O modelo paradigmático desse tipo de visão é retirado pelo autor do pensamento de Hobbes, e no *Leviatã* encontramos o seguinte trecho:

“O direito de natureza, que os autores comumente chamam de *jus naturalis*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, como quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja de sua própria vida”. (Hobbes, 1999, p. 115)

Isso nos ajuda a compreender a noção geral, partilhada por Hobbes e seus pares, sobre o que seria o *direito de natureza*, esse direito fundamental que garante a cada homem a possibilidade de usar seu poder próprio, da forma que lhe pareça melhor e mais proveitosa, tendo como limite objetivo o mesmo poder que está em posse dos outros homens com os quais convive.

É nessas condições que o homem se encontra quando pensado a partir de um *estado de natureza*, no qual impera o direito natural e, conseqüentemente, a guerra de todos contra todos. É sob tais condições, tanto na renúncia quanto na transferência desse poder, que os outros indivíduos são considerados, pois é nessa relação que se pode perceber as bases da constituição de um poder comum a todos. Assim, no caso da renúncia, o poder vai para qualquer destinatário, enquanto na transferência indica-se um destinatário definido, e no caso do contrato temos a representação de uma troca mútua e consentida por todas as partes que cedem seu direito.

“... o poder é considerado um direito do qual se seria possuidor como de um bem, e que poderia, em consequência, transferir ou alienar, de forma total ou parcial,

por um ato jurídico ou um ato fundador de direito ... que seria da ordem da cessão ou do contrato.” (Foucault, 2005, p. 20)

Em função disso, entende-se que a noção de contrato é anterior ao poder político e à formação do Estado sendo, portanto, o princípio fundador de uma conformação política partilhada por todos os indivíduos. Além disso, é neste mesmo ponto que se percebe que o cerne da fundamentação econômica dessa teoria está na compreensão do poder como um bem e, sobretudo, um bem do qual se dispõe para que se realizem as trocas que a cada um convenha.

“A constituição do poder político se faz, portanto, nesta série... com base no modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual. Analogia, por conseguinte, manifesta e que ocorre ao longo de todas essas teorias, entre o poder e os bens, o poder e a riqueza.” (Foucault, 2005, p. 20)

Lançado tal olhar às trocas contratuais, justificadas por seu aspecto vantajoso, útil e adequado às necessidades de todos os que dela participam, Foucault aponta o que seria uma relação tipicamente econômica que não só define as bases da circulação do poder, mas também o pressuposto para a fundação do poder político e do Estado.

O balanço geral do autor em relação ao economismo na teoria é o seguinte:

“Em linhas gerais, se preferirem, num caso, tem-se, no procedimento da troca, na economia da circulação dos bens, seu modelo formal; e, no outro caso, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, e o princípio de sua forma concreta e de seu funcionamento atual.” (Foucault, 2005, p. 20)

1.2. Contrapartida

Resistindo a essas duas linha teóricas, Foucault levanta as seguintes questões:

1) Seria a economia a razão de ser e a finalidade do poder? Seria seu destino operar, consolidar e sustentar relações de caráter econômico que, por sua vez, são essenciais a seu funcionamento?

2) Existe uma relação de isomorfismo entre o poder e a mercadoria? O poder é algo de que se tem a posse, que pode ser adquirido, transferido, alienado ou recuperado, que circula estando ora mais concentrado em um ponto ora em outro?

Esse reiterado¹ questionamento de Foucault se deve à percepção de que existem formas de exercício do poder que não podem ser reduzidas à sua função econômica. E nesse sentido o autor se pergunta:

“Ou então, é preciso, ao contrário, para analisá-lo [Poder], lançar mão de instrumentos diferentes, mesmo que as relações de poder sejam profundamente intrincadas nas e com as relações econômicas, mesmo que efetivamente as relações de poder constituam sempre uma espécie de feixe ou de anel com as relações econômicas?” (Foucault, 2005, p. 21)

Desta feita, trata-se de entender como pode ser abordada essa relação valendo-se de outros recursos teóricos, de uma perspectiva analítica que não veja na proximidade entre o poder e a economia uma relação de subordinação funcional ou de isomorfia. Algo que deve ser investigado, para além dos elementos que nos são aportados pelas teorias jurídicas clássicas e pelo materialismo histórico, como pretende fazer Foucault.

Em oposição ao que sustentam essas duas teorias fundamentadas numa lógica econômica, o poder tem características específicas, notáveis naquilo que excede suas relações intrincadas com a economia e que não pode ser reduzido a uma relação jurídica ou mesmo de produção. Daí a seguinte questão levantada por Foucault: “Para fazer uma análise não econômica do poder, de que, atualmente, dispomos?” (Foucault, 2005, p. 21)

Para responder a esta questão Foucault nos apresenta duas novas hipóteses, distintas da contratualista e da marxista. São as duas hipóteses maciças com as

¹ Dizemos reiterado, pois é algo que aparece como preocupação do autor não só no curso *Em defesa da sociedade*, mas também nas conferências sobre medicina e em *A vontade de saber*. Textos nos quais o autor busca livrar-se das questões econômicas como fundamento último da constituição e funcionamento do poder.

quais o autor se depara quando busca se desvencilhar dos esquemas econômicos presentes nas análises do poder:

“... de uma parte, o mecanismo do poder seria a repressão – hipótese que, se vocês concordarem, chamarei comodamente de hipótese Reich – e, em segundo lugar, o fundamento da relação de poder é o enfrentamento belicoso das forças – hipótese que chamarei, aqui também por comodidade, hipótese Nietzsche.” (Foucault, 2005, p. 24)

A primeira delas compreende o poder como algo essencialmente repressivo, que funciona por meio de mecanismos que não fazem mais do que promover essa repressão intervindo, desviando, cerceando e reagindo contra as forças humanas em jogo na composição das sociedades burguesas. A repressão seria o efeito imediato do poder e sua própria natureza, uma forma de ação reativa e negativa voltada ao controle e à correção de todos os comportamentos, instintos e práticas que não se adequavam aos limites impostos pela burguesia às outras classes sociais. As objeções de Foucault em relação a essa hipótese vieram sendo tecidas desde *Vigiar e Punir*, quando o autor assume como regra de análise:

“Não centrar os estudos dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos ‘repressivos’, só em seus efeitos de sanção, mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais... mostrar que as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos negativos que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir; mas que eles estão ligados a toda uma série de efeitos positivos e úteis que eles têm por encargo sustentar...” (Foucault, 1997, p. 23-24)

Nesse sentido entende-se que o poder, antes de reprimir, produz os sujeitos e sua subjetividade, produz corpos e comportamentos, produz populações e mecanismos para gerir a vida da espécie. O poder surge como efeito de processos históricos de assujeitamento e dominação, sempre acompanhados de jogos de verdade e regimes discursivos que tornam objeto a natureza, a sociedade e os homens. Isso indica que a preocupação dos mecanismos de poder é muito mais

alimentar-se dessa natureza, dos instintos e das forças presentes no corpo social, do que simplesmente dar cabo delas visando eliminar qualquer tipo de resistência.

De todas as maneiras, para além das críticas que Foucault possa ter sobre esse esquema de pensamento (algo que ele desenvolve com maior profundidade em a *A Vontade de Saber*), deve-se perceber nessa hipótese uma forte corrente histórica de pensamento que vem sendo tecida desde Hegel, passando por Freud até chegar a Reich. Corrente que ainda hoje se sustenta como uma perspectiva contemporânea forte o bastante para fazer da repressão o “qualificativo homérico do poder” (Foucault, 2005, p. 22) e o principal foco das análises sobre seu funcionamento e seus efeitos.

A *Hipótese Nietzsche* apresenta outra perspectiva, segundo a qual o poder seria o enfrentamento belicoso das forças, encontrando na guerra e nas lutas sua matriz expressiva. Nesse sentido, o poder é algo que se exerce, que acontece em meio às relações humanas e que essa hipótese propõe observar mais em termos de enfrentamento, luta e guerra do que em termos de contrato ou da recondução das relações de produção. O poder pensado nessa perspectiva possibilita a Foucault fazer a reversão de uma conhecida frase de Carl von Clausewitz e afirmar que “a política é a guerra continuada por outros meios.” (Foucault, 2005, p. 23)

Com isso temos três efeitos importantes no que concerne ao exercício do poder pensado em chave de inteligibilidade da guerra. O primeiro desses efeitos consiste na percepção de que em sociedades como a nossa o poder tem como ponto de fixação relações de força estabelecidas em momentos históricos precisos e precisáveis de acordo com essa mesma lógica da guerra, segundo a qual o poder e a política seriam o resultado de práticas que sancionam e reconduzem o desequilíbrio de forças manifesto na guerra.

“O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la em instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e outros.” (Foucault, 2005, p. 23)

Seguindo esse raciocínio percebemos que, se a função do poder é manter o desequilíbrio na relação de forças por meio da recondução, do refinamento e da adaptação da guerra a um ambiente de paz civil, podemos dizer que todo tipo de

enfrentamento e luta social pelo poder e contra ele se dá nesse mesmo quadro de uma guerra permanente e dissimulada. Nesse contexto “... se escreveria a história dessa mesma guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições.” (Foucault, 2005, p. 23) Como efeito desse estado de guerra permanente na política, temos a consequência de que o enfrentamento final, em franca batalha, seria a única maneira de suspender o exercício do poder como guerra continuada. Portanto, movimento circular da guerra à guerra, da guerra em tempos de paz à guerra em tempos de confronto direto.

Essas duas hipóteses seriam as respostas mais imediatas à disposição diante da análise econômica do poder, duas grandes tendências na análise do poder que em alguns pontos se anulam e em outros se complementam. As duas hipóteses se alinham quando a repressão é pensada como efeito político da guerra, como a mão invisível da guerra que reconduz as relações de força em meio a estados de paz. Como vimos, Foucault não centra suas análises políticas na repressão e mesmo que a considere um efeito importante do exercício do poder, ele acompanha o pensamento de Nietzsche aplicando a hipótese da guerra, pelo menos até certo ponto de sua pesquisa genealógica. Nesse panorama vemos construir-se uma primeira fase dos estudos sobre o biopoder, uma série que se desenvolve desde *Vigiar e Punir* até *A Vontade de saber*. Essa fase é seguida por uma segunda série de estudos sobre o biopoder, que tem início com o curso *Segurança, território e população*, que traz novas aberturas para a questão do poder sobre a vida orientadas pela perspectiva da governamentalidade.

As escolhas temáticas que o autor faz em suas pesquisas, embora bastante específicas, parecem ter buscado pontos estratégicos, que tivessem efeitos de desconstrução, sempre muito mais amplos do que a objetividade pontual de suas análises. Nesse sentido, identificamos um bloco de pesquisas que alinha os campos da medicina, da guerra e da sexualidade. As três linhas desta série se desdobram em seus próprios elementos, mas parecem não perder de vista os objetivos mais amplos de desmontar a visão economicista e repressiva do poder, assim como fazer a experimentação dos limites da hipótese da guerra como chave de leitura do poder.

“Eu gostaria de tentar ver em que medida o esquema binário da guerra, da luta e do enfrentamento das forças, pode ser efetivamente identificado como o funcionamento da sociedade civil, a um só tempo o princípio e o motor do exercício

do poder político? ... São válidas as noções de 'tática', de estratégia, de relação de forças?" (Foucault, 2005, p. 26)

Nesse sentido, temos uma primeira série de estudos da biopolítica interessada nos aspectos de majoração e estímulo do crescimento da vida em sociedade, um primeiro bloco que, ao experimentar a *Hipótese Nietzsche*, descobre dispositivos biopolíticos que trabalham os fatores positivos de implementação da vida da espécie humana. Como veremos adiante, as políticas desenvolvidas em torno da medicina social, da guerra interna e externa aos Estados, assim como do dispositivo de sexualidade, têm como prioridade não só a proteção e o resguardo da vitalidade das populações, mas, principalmente, sua purificação, seu crescimento e sua promoção.

A segunda série começa com o curso de 1977-1978 (*Segurança território, população*) que se presta a fazer a genealogia do dispositivo de segurança. Com ela se abrem as investigações do autor para a genealogia das artes de governar e a governamentalidade e, com isso, vemos o biopoder ser reinserido em uma nova perspectiva de funcionamento do poder, uma lógica pautada pelo governo e não mais pela guerra.

“Na abordagem da biopolítica como dispositivo de segurança dá-se maior enfoque às ações de cuidado, de proteção, de defesa, ações mais negativas, digamos, do que positivas. Com isso Foucault amplia a analítica da biopolítica, da questão do racismo, da eugenia, para um novo campo, a segurança, que lhe permite continuar a interpretar, biopoliticamente, as relações contemporâneas entre Estado e população.” (Neto, 2010, p. 117)

Nesta passagem, o que vemos desenvolver-se é o funcionamento do poder sobre a vida em um momento em que o direcionamento de sua ação não se dá sobre os aspectos puramente biológicos das populações. São dispositivos de regulação preocupados em conduzir a conduta dos homens e ordenar as probabilidades, algo que segue outra linhagem de práticas políticas que procedem do poder pastoral e ganham novo sentido na lógica do governo das sociedades capitalistas.

Nosso trabalho não tratará das questões da governamentalidade. Vamos nos manter focados na primeira linha de força que conduz as análises biopolíticas do autor, buscando aprofundar-nos na analítica do poder e em seus desdobramentos, que nos levam de encontro a dispositivos biopolíticos interessados na ação objetiva e positiva sobre os aspectos biológicos da espécie humana. Com isso, poderemos assentar as bases de uma pesquisa futura, que possa se dedicar aos trabalhos do autor que relacionam governamentalidade e biopolítica, assim como a outros pensadores que continuaram a desenvolver as questões da biopolítica, ampliando os limites da pesquisa de Foucault.

2. A BIOPOLÍTICA NA SAÚDE

2.1. A medicina e a política

As três conferências proferidas por Foucault em 1974², no Rio de Janeiro, marcam um importante momento para nossa pesquisa. Foi nessa ocasião que o autor se referiu pela primeira vez ao termo biopolítica, desenvolvendo os elementos de uma analítica do poder que já não se restringia às análises dos mecanismos do poder disciplinar e das instituições que os operam. Temos então o que se entende como a primeira manifestação da biopolítica, que nasce da problematização dos aspectos políticos que dominam a medicina moderna. Por isso, o poder médico é um elemento de grande relevância estratégica para a compreensão concreta do funcionamento e dos efeitos produzidos no regime de poder das sociedades capitalistas contemporâneas.

Os textos aqui analisados seguem três direções distintas que perfazem a genealogia da medicina científica moderna. O percurso que o autor segue parte das questões mais atuais do modelo de medicina europeia e sua crise, passando pela história da medicina social para chegar no processo de medicalização do hospital e de toda sociedade. Neste percurso podemos acompanhar um movimento duplo, segundo o qual entendemos a função e a importância da medicina contemporânea no desenvolvimento dos dispositivos biopolíticos, ao mesmo tempo que vemos como esses mesmos dispositivos servem de suporte para os avanços científicos da medicina, assim como da nova configuração do exercício do poder nas sociedades capitalistas.

² Conferências proferidas por Foucault, em outubro de 1974, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ. Neste trabalho usamos as seguintes traduções: *Crise da medicina ou crise da antimedicina* (Verve, 18:167-194, 2010); *O Nascimento da medicina social* (Foucault, 2008); *Incorporación del hospital en la Tecnología Moderna* (Educación Médica y Salud:12, 1978)

O conceito de biopolítica foi aprofundado em livros e cursos que o autor desenvolveu na fase genealógica de seus trabalhos, da qual emerge uma vasta área de pesquisa, capaz de relacionar e pensar as implicações de regimes de poder biopolíticos em várias dimensões das práticas sociais que, em boa parte, determinam a configuração das sociedades contemporâneas. Dispositivos que cruzam campos de saber e poder heterogêneos, apresentando-se como elos que orientam a organização, a distribuição e exercício das relações políticas nessas sociedades.

O conjunto de conferências apresenta uma série de reflexões interessadas em reavaliar os efeitos políticos do modelo médico europeu que se desenvolveu a partir do século XVIII. Problematizar a medicina, nesse contexto, corresponde a uma análise que busca traçar a genealogia do emaranhado de relações de poder que a envolve, relações entre seres humanos enfermos e sadios, médicos, instituições e as mais variadas práticas que, em conjunto, compõem o que podemos chamar de poder médico.

A importância estratégica dessa problematização dirigida à medicina contemporânea se deve ao fato de que nela se encontram duas importantes linhas de força que orientam as análises políticas do filósofo francês, duas perspectivas que se revezam e colaboram, ora considerando as relações de poder em seus aspectos individualizantes ora considerando-as em suas funções totalizantes ou massificantes. Existiria, portanto, uma duplicidade na forma de agir do poder médico manifesta, por um lado, no processo em que a autoridade médica ganha forma e poder de penetração social e, por outro, segundo um movimento inverso, do qual resulta a incorporação e a politização das funções médicas pelo Estado, o que pode ser entendido como estatização da medicina.

“Politizado, o poder medical exerce um papel crucial na anátomo-política, nos diversos processos de configuração disciplinar dos corpos individuais, enquanto, em seu outro viés, o poder medical estatizado participa da biopolítica, do modo pelo qual o estado se encarrega da saúde das populações.” (Neto, 2010, p. 26)

As linhas de força que emergem dessa análise politizada da medicina coincidem com o duplo sentido que a palavra ‘política’ recebe no pensamento do autor. Leon Farhi Neto percebe nesse ponto uma ambiguidade proposital inserida no

sentido usual dessa palavra, visando problematizar e ampliar o espectro das formas de atuação política e trazer para o centro da discussão acontecimentos históricos, lutas e processos de resistência que estavam relegados ao campo das coisas apolíticas ou pertencentes à sociedade civil. (Neto, 2010)

A primeira dessas linhas é relativa à noção usual de política que remete o poder diretamente ao Estado e às instituições que o compõem, levando em conta suas funções e cargos atrelados às políticas públicas, processos de constituição e aplicação das leis, assim como estabelecimento de vínculos oficiais e representativos que dizem respeito ao governo de um País. Em determinados momentos do pensamento de Foucault a tônica da análise assume e amplia essa acepção de política, uma visão macro que considera político todo tipo de prática que se remete ao Estado.

A segunda linha de força emerge da compreensão da política como relações de força, exercidas em meio à rede de relações que compõe uma sociedade. Nesse sentido, o campo do político se estende a tudo aquilo que se dá em relação, que é fruto das trocas e dos enfrentamentos entre os homens e que, por isso, não pode ser representado por relações contratuais, por um foco central como o Estado ou suas instituições, nem mesmo pela lei ou por relações de dominação entre classes sociais. Essa visão do poder é bastante particular às análises de Foucault, faz da política o campo das formas de organização estratégicas das relações de força entre indivíduos e grupos de uma determinada sociedade, algo que é fruto de estratégias e tecnologias experimentais que, quando atestam sua funcionalidade, atingem dimensões formais e alcance global no interior de instituições, práticas sociais e regimes discursivos.

“...o conjunto das relações de força em uma dada sociedade constitui o domínio da política, e que uma política é uma estratégia mais ou menos global que procura coordenar ou finalizar essas relações de força...” (Foucault, 1977 *apud* Neto, 2010)

Em oposição à acepção precedente de política, centrada na relação direta entre poder e Estado, a análise direcionada ao aspecto relacional do poder entende que as relações de força ganham sua configuração no interior de uma rede de *micropoderes*, sempre aberta e em processo de constituição. Rede que não chega a

se concluir, dada a compreensão de que esse processo constituinte das formas de poder é fruto de um confronto infinito, de lutas pontuais e difusas, que acontecem no leito da história e atravessam o corpo social de ponta a ponta. A multiplicidade de relações de poder impossibilitam a existência de conjuntos unos de conquista ou de resistência. Nada se passa fora de uma rede de relações tensionada por todos esses confrontos pontuais, fazendo que todos os grandes modelos de inteligibilidade do poder, tais como o Estado, a Lei ou o Capital surjam como efeitos desses confrontos.

Essa malha de micropoderes que surge nas sociedades ocidentais e investe os corpos buscando sua otimização produtiva, que os desenha segundo a ordenação dos gestos e dos comportamentos não é algo que possa ser atribuído diretamente ao Estado ou às transformações nas relações de força produzidas em meio à ascensão burguesa. O que Foucault observa é o processo inverso, no qual essas realidades massivas de poder só se fazem possíveis na medida em que se apoiam nessa malha, ganhando consistência em uma microfísica que investe os corpos individuais e que é fruto dos estudos da *anátomo-política*. Essa forma de conhecimento que Foucault vê surgir junto às tecnologias disciplinares é direcionada à compreensão da politização do corpo humano, da inscrição de poderes em sua configuração individual e de seu uso como plataforma para o exercício desses poderes. Essa visão justifica a importância do corpo como ponto de inflexão e campo de disputas políticas, algo que faz da medicina um importante foco de análise para que se entenda o caminho da construção de um corpo politizado.

As investigações de Foucault sobre o poder médico são de grande importância para que comecemos a compreender o encontro único que aconteceu entre o poder e a vida a partir do século XVIII. Nesse contexto, Foucault sugere que os caminhos da ação política na modernidade encontram meios muitas vezes inesperados, caminhos que proporcionam novas formas de intervenção e participação social, abrindo-se para o conhecimento da natureza e da humanidade, e proporcionando a inserção de práticas sociais que condizem com uma nova configuração de sociedade, de relações de poder e de conformação dos sujeitos.

Nesse sentido, se buscamos mapear uma espécie de quadro geral dos mecanismos, estratégias, saberes e práticas responsáveis pela gestão da vida na sociedade contemporânea, devemos entender que o estudo sobre a medicina se dirige à composição desse quadro que, ao mesmo tempo em que é povoado por

uma multiplicidade de perspectivas, segundo as quais Foucault analisa a gestão da vida, possui também um pano de fundo comum, entendido pelo autor como “tecnologias do corpo social”. (Foucault, 2008, p. 79)

O critério cronológico que nos faz começar por essas conferências não diminui sua importância, pois como veremos, as implicações dos processos desenvolvidos ao longo do nascimento da medicina social assentam as condições básicas das possibilidades de desenvolvimento e refinamento dessas *tecnologias do corpo social*, dispostas e articuladas de diversas maneiras de acordo com seus domínios de exercício, de acordo com o tipo de dispositivo que põem em marcha e com o tipo de saber que se desenvolve em seu bojo.

Mais do que isso, a própria concepção da medicina, que certamente varia em função das épocas em que a observamos, nos fala sobre as noções de saúde compartilhadas nesses tempos históricos e que, nesta ocasião, se desenvolvem em consonância direta com a criação de dispositivos biopolíticos, responsáveis em grande parte pela configuração das correlações de força que determinam o trabalho de um sociedade sobre sua população e sobre os indivíduos que a fazem existir.

Nesse sentido, percebemos que a socialização do corpo em sua dimensão individual e populacional dá seus primeiros passos com a medicina, sem deixar de ser um processo mais amplo e que se estende por diversos domínios segundo estratégias e táticas de um poder que alterna ações macro e microfísicas, tomando conta das relações cotidianas e das condutas que aí se criam, ao mesmo tempo que reverte esse exame particularizado aos eventos que concernem à saúde do corpo populacional. Nesse contexto, as informações que são extorquidas dos indivíduos são utilizadas para a criação de conhecimentos objetivos e positivos sobre a natureza humana, sobre o funcionamento das populações, e também pautam a racionalidade e os cálculos que orientam as práticas de governo.

Esse conjunto de conferências de 1974 marca um deslocamento na tônica das análises políticas de Foucault que, desse ponto em diante, seguem uma tendência diferente do que vemos em *Vigiar e Punir*. A perspectiva que emerge com esse deslocamento pensa o poder segundo relações macrofísicas, que investem a vida em um novo suporte que surge junto à biopolítica. O advento da noção de população e dos dispositivos que nascem com o fito de regulá-la oferecem esse novo suporte, e permitem a Foucault pensar a política segundo as ações que o Estado realiza para organizar as relações de poder.

“...depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se faz consoante ao modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas ao homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo ... que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana.” (Foucault, 2005, p. 289)

Esse novo foco é bastante evidente nas duas primeiras conferências, nas quais o autor direciona sua análise às relações entre Estado e Medicina, tratando da crise do modelo de medicina social europeia e de seus caminhos de desenvolvimento como mecanismo biopolítico, enquanto na última conferência o autor se volta, como fazia em *Vigiar e Punir*, às questões da anátomo-política e da disciplinarização dos hospitais. Em função disso, ficaremos focados nas duas primeiras conferências, dirigindo nossa atenção especificamente à biopolítica e às variações desse conceito que, em nenhuma hipótese, se define de maneira sistemática e fechada.

2.2. A crise da medicina ou a crise da antimedicina

Nesta primeira intervenção Foucault busca avaliar os resultados mais recentes do desenvolvimento da medicina ocidental, tomando como marco histórico importantes avanços médicos observados ao longo da década de 1940.

A escolha dessa data acompanha o debate que se produziu ao redor da implementação do Plano Beveridge (1942) na Inglaterra. As propostas discutidas nesse contexto foram implementadas sob a forma de legislação e exerceram pressão sobre vários países europeus no pós-guerra. Nasceram, nesse contexto, programas de políticas públicas responsáveis por partes importantes da construção do Estado de Bem Estar Social, assim como do panorama das lutas políticas da época. A saúde entra em um novo estado de direitos e com isso passa a fazer parte dos cálculos políticos e econômicos, algo que Foucault nos apresenta junto a uma

inversão lógica na relação do Estado com a saúde de sua população. Desde o século XVIII a saúde era uma das importantes incumbências do Estado, embora obedecesse a uma racionalidade orientada para a preservação das forças humanas aplicadas à produção e defesa nacional. Essa inversão lógica é bastante clara na seguinte afirmação:

“Em 1942 – em plena guerra mundial que matara quarenta milhões de pessoas – consolidou-se não o direito à vida, mas um direito diferente, mais importante e mais complexo, que é o direito à saúde. No momento em que a guerra causava grandes destruições, uma sociedade assumia explicitamente a tarefa de garantir a seus membros não apenas a vida, mas também a vida em boa saúde.” (Foucault, 2010e, p. 167)

O Estado agora tem como obrigação garantir esse direito, é ele que entra numa espécie de dívida com sua população e se põe a seu serviço, justamente ao contrário do que era antes, estando a população a serviço de seu Estado. Junto com essa inversão observa-se que as morais higienistas do século XIX começam a dar lugar a novas práticas sociais no campo da saúde. Se antes cada indivíduo era encarregado de sua saúde e higiene pessoal, sendo exortado por campanhas estatais para isso, e mantinha uma relação de responsabilidade moral e social sobre seu corpo, o que se vê discutir em meados do século XX é a possibilidade de novos direitos trabalhistas, que legalizam a interrupção do trabalho por questões de saúde, e faz dessa nova condição algo que precisa ser gerido e praticado como responsabilidade do Estado.

Os efeitos dessa nova configuração de direitos tem como resultado introduzir a saúde não só no campo das disputas e campanhas políticas, mas também insere a saúde nos cálculos da macroeconomia, ganhando espaço nos orçamentos dos Estados.

“A partir de então, a saúde começa a ser integrada nos cálculos macroeconômicos. Pela mediação da saúde, das doenças e das maneiras de assegurar as necessidades da saúde, trata-se de proceder a certa redistribuição econômica. Uma das funções da política orçamentária da maioria dos países, desde o começo desse século, consistiu em assegurar, mediante sistema de impostos,

certa equiparação, se não dos bens, ao menos dos rendimentos. Essa redistribuição não dependia, entretanto, do imposto, mas do sistema de regulação e de cobertura econômica da saúde e das doenças. Ao garantir para todos as mesmas possibilidades de receber um tratamento e de se curar, pretendeu-se corrigir em parte a desigualdade de rendimentos. A saúde, a doença e o corpo começam a ter suas bases de socialização. Ao mesmo tempo eles se convertem em um instrumento de socialização dos indivíduos.” (Foucault, 2010e, p. 170)

A partir da segunda metade do século XX surge outro conceito. Não se fala mais da obrigação do asseio e da higiene para gozar de boa saúde, mas do direito de estar doente quando se quer e quando for preciso. O direito de interromper o trabalho começa a ganhar corpo e se torna mais importante do que a antiga obrigação de asseio que caracterizava a relação moral dos indivíduos com seus corpos.

A medicina encontra sua configuração atual em decorrência do processo de estatização de suas funções, do qual o Plano Beveridge é o marco histórico. Nesse momento a medicina experimenta grandes transformações em suas dimensões políticas, econômicas, sociais, jurídicas e tecnológicas, algo que Foucault qualifica como uma *decolagem* da medicina. Essa série de avanços e importantes mutações da medicina são contemporâneos à descoberta dos antibióticos – que possibilitaram a primeira intervenção médica eficaz contra doenças infecciosas –, assim como à criação dos grandes sistemas de Segurança Social. Nesse importante momento das tecnologias e dispositivos de poder contemporâneos, a *decolagem* da medicina nos países desenvolvidos opera um “*desbloqueio técnico e epistemológico*” (Foucault, 2010e, p. 173) fundamental para seu desenvolvimento, assim como de todo um campo de práticas sociais relativas à gestão da vida dos indivíduos e das populações.

É nesse mesmo momento que Foucault identifica a crise desse modelo. Todas essas conquistas tecnológicas, sociais, econômicas e políticas da medicina, de suma importância para seu funcionamento moderno e para o tratamento de doenças, não conduziram ao maior bem-estar sanitário que caberia esperar, “mas antes a uma curiosa estagnação dos benefícios que podiam resultar da medicina e da saúde pública. Aí está um dos primeiros da crise que procuro analisar ao me

referir a alguns de seus efeitos para mostrar que esse desenvolvimento recente da medicina, sua estatização, sua socialização – da qual o plano Beveridge dá uma ideia geral – têm origem antiga.” (Foucault, 2010e, p. 172)

Essa crise, sobre a qual proliferam estudos na década de 1970, é apresentada por Foucault como sintoma histórico de um processo mais antigo que vinha se desenvolvendo desde o momento em que o Estado assumiu a medicina como parte de suas funções, processo que precisa ser reconstituído sobre as bases do questionamento da eficácia e dos efeitos dos modelos de medicina europeus desenvolvidos ao longo dos séculos XIX e XX, assim como das possibilidades de correção e réplica do mesmo modelo em outros países que não foram palco desse desenvolvimento, como o Brasil na ocasião daquelas conferências.

Seguindo o rastro dessa crise, Foucault se questiona a respeito de três aspectos envolvidos nas práticas médicas contemporâneas: “Cientificidade e eficácia da medicina, Medicalização indefinida e Economia política da medicina.” (Foucault, 2010e, p.177)

O primeiro problematiza os efeitos positivos provenientes da cientificidade alcançada pela medicina na modernidade. O risco médico não mais se caracteriza pelos resultados fatais da ignorância ou despreparo dos médicos, mas do resultado do desenvolvimento do saber médico que, uma vez ciência, ganha poderes de penetração social inéditos na história humana.

O saber é perigoso, não apenas por suas consequências imediatas no nível do indivíduo ou de grupos de indivíduos, mas também no nível da própria história. (Foucault, 2010e, p. 179)

Mesmo que todos os desenvolvimentos e progressos tecnológicos da medicina moderna tenham se feito às custas de muitos erros, o que Foucault busca mostrar é que a medicina se torna verdadeiramente perigosa quando suas práticas encontram fundamentação racional e produzem efeitos eficazes. Nesse nível de intervenção social a medicina passa a dispor de instrumentos e de tecnologias que, justamente por sua eficácia, produzem uma gama de efeitos nocivos à saúde, sendo alguns controláveis e outros não. O resultado é a deriva da espécie humana em um

campo de riscos de cujo alcance não podemos ter noção. Probabilidades negativas insondáveis que não concernem apenas aos indivíduos que buscam cura, uma vez que, nessa nova configuração da medicina, a possibilidade de alterar o equipamento genético das células intervém diretamente nas características da espécie, fazendo que todo o fenômeno da vida seja passível de intervenção médica.

Levando em conta essas questões o autor abre um novo campo de possibilidades médicas conceituado como *bio-história*. Essa análise atenta para proximidade entre a ação da medicina e os aspectos biológicos, gerando intervenções no nível da própria vida e de seus aspectos fundamentais.

“Em nossos dias descobre-se um fato novo: a história do homem e a vida se implicam profundamente. A história do homem não continua simplesmente a vida, também não se contenta com reproduzi-la; mas a retoma, até certo ponto, e pode exercer sobre seu processo uma quantidade de efeitos fundamentais.” (Foucault, 2010e, p. 179)

Quanto a isso temos uma série de exemplos mencionados na conferência, que vão da intoxicação por consumo indevido de medicamentos, passando pela eficácia incerta proveniente das intervenções médicas e do uso de antibiótico no combate às doenças infecciosas – que tem por efeito reduzir a imunidade dos organismos – até a própria manipulação genética. Uma série de intervenções, cujo resultado incerto e a profundidade desconhecida de seus efeitos reposicionam a discussão do poder médico e dos riscos que ele representa para a espécie humana.

A segunda característica da medicina moderna que Foucault ressalta remete à questão da medicalização indefinida, processo pelo qual a ciência médica, assim como suas práticas sociais, vivem um momento de expansão capaz de tornar a medicina um domínio sem exterioridade. Isso quer dizer que a medicina avançou muito em relação à sua determinação clínica, cujo limite objetivo era o sintoma de doenças e as demandas específicas dos pacientes. Desde o século XVIII passou a se ocupar com o que parecia não lhe dizer respeito e, abrindo-se a outros campos de conhecimento e de intervenção social heterogêneos, a medicina deu um salto em relação à estagnação científica e terapêutica que vivera desde a Idade Média.

Deixando de atender prioritariamente às demandas dos pacientes, a medicina clínica renovada na medicina social, passa a se impor aos indivíduos e populações

como *ato de autoridade* (Foucault, 2010e, p. 180), independentemente do estado de saúde daqueles a quem se impõe.

“Se os juristas dos séculos XVII e XVIII inventaram um sistema social que deveria ser dirigido por um sistema de leis codificadas, pode-se afirmar que, no século XX, os médicos estão inventando uma sociedade não da lei, mas da norma. O que rege a sociedade não são os códigos, mas a perpétua permanente distinção entre o normal e o anormal, o permanente empreendimento de restituir o sistema de normalidade.” (Foucault, 2010e, p. 181)

Percebemos, com isso, que uma das funções políticas da medicina foi a de operar essa passagem do sistema jurídico para o da norma, trazendo a saúde humana para o centro de suas preocupação, que agora se espraiam em tudo aquilo que concerne à vida, sua manutenção e funcionamento normal. Tudo o que garante a saúde dos indivíduos e das populações foi sendo transformado em objeto de intervenção da medicina, fator que possibilita a medicalização indefinida - a falta de domínios exteriores ao poder médico -, e acaba por fazer da medicina um dos principais instrumentos de regulação social da contemporaneidade.

Todas as políticas de prevenção de enfermidades e de controle da saúde, o constante e insistente acompanhamento médico que vivemos no âmbito pessoal e profissional são os sinais da captura da saúde por um poder médico que, mais do que exercer uma função terapêutica, tem como incumbência definir as normas e os comportamentos saudáveis. A medicina sem limites externos penetra todas as instituições disciplinares, participa não só do hospital, mas também da escola, da empresa/trabalho, dos aparelhos jurídico-penais e ganha a força que necessita para regular e condicionar a sociedades de acordo com normas físicas e mentais que ela mesma define. No interior de sociedades normativas como a nossa, critérios não jurídicos, relativos à *performance* fisiológica, determinam os limites entre o normal e o anormal. Com isso, o domínio médico coincide com todo o tecido social e o penetra completamente na medida em que define as normas, prescreve comportamentos individuais e aplica métodos terapêuticos que possibilitam aos sujeitos se manterem dentro de um padrão de normalidade.

O último aspecto que Foucault problematiza nessa conferência faz referência à característica econômica da medicina e à sua constituição como objeto de

consumo. Por mais que a medicina, desde o século XVIII, tenha sido considerada também uma questão econômica, o que se pode observar no século XX é uma nova configuração da economia política da medicina. O autor menciona exemplos que acompanham o surgimento da medicina como efeito de problemas econômicos, como é o caso do surgimento da Sociedade Real de Medicina francesa, que nasce para sanar grandes epidemias que assolaram rebanhos no sul do país, o que se apresenta como um sinal de que foram problemas de cunho econômico que deram partida à organização da medicina moderna. Além disso, o exemplo da Neurologia, que vem à tona no século XIX seguindo as questões que se levantavam acerca dos seguros, da incapacidade para o trabalho e da responsabilidade civil dos empregadores, também nos mostra a fundamentação econômica que acompanha a recente história da medicina moderna.

O encontro entre medicina e economia segue uma nova via na atualidade. O aspecto tradicional dessa relação impunha à medicina, como demanda fundamental, manter, aprimorar e assegurar a regularidade e a qualidade da força de trabalho dos indivíduos. Hoje em dia a função econômica se desloca da manutenção e reprodução da força de trabalho para a própria produção de riquezas, na medida em que a saúde se constitui com objeto de desejo e consumo. Com isso, temos a introdução da saúde no mercado, criando um dos setores mais ricos e influentes nas políticas públicas, na produção industrial e nos mecanismos de gestão da vida.

A introdução da saúde no mercado é correlata à introdução do corpo nessa lógica, ou melhor, uma reintrodução do corpo que antes havia sido inserido no mercado como força de trabalho e agora entra por intermédio da saúde. Temos, portanto, um processo duplo de inserção do corpo no mercado, algo que assume sua forma mais atual no tipo de governo assistencial que vemos nascer com o plano Beveridge. Neste sentido, notamos que o governo, tanto dos indivíduos, como das populações ganha um aspecto terapêutico diretamente implicado nos processos fundamentais da vida da espécie humana e no corpo dos indivíduos. As estratégias de governo das sociedades capitalistas contemporâneas parecem desdobrar-se para capacitar os indivíduos por meio da lapidação disciplinar e fazer deles o suporte do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que buscam corrigir os efeitos nocivos à saúde, provenientes desse mesmo processo de desenvolvimento.

“A introdução da saúde em um sistema econômico que podia ser calculado e medido indica que o nível de saúde não tem sobre a sociedade os mesmos efeitos que o nível de vida. O nível de vida se define pela capacidade de consumo dos indivíduos. Se o crescimento do consumo acarreta a melhoria do nível de vida, por sua vez o crescimento do consumo médico não melhora na mesma proporção o nível de saúde.” (Foucault, 2010e, p.189)

Foucault acompanha as distorções produzidas pela medicalização da sociedade, para assim tecer uma forte crítica que expõe o fracasso das políticas disciplinares e médicas que vemos ganhar corpo nos programas de saúde pública criados no ocidente desenvolvido. Para compreender esses efeitos colaterais que acompanham a medicina moderna temos alguns exemplos apresentados pelo autor. A primeira distorção é essa que captamos na sua exposição, cuja base empírica é a pesquisa de 1964 do economista da saúde Charles Levison (Foucault, 2010e). As informações retiradas desse estudo indicam que o aumento de 1% no consumo de serviços médicos e terapêuticos geram um decréscimo de apenas 0,1% na taxa de mortalidade, algo que é superado por investimentos realizados em educação, alimentação ou pelo aumento da renda familiar.

Além disso, vemos que uma das principais justificativas sociais dos programas de saúde pública não se revela verdadeira, uma vez que a distribuição do consumo de saúde não reduz a desigualdade social. O que se percebe é justamente o fenômeno inverso, como é o caso atual da França mencionado pelo autor, em que pessoas ricas utilizam muito mais os serviços de saúde do que as mais pobres, fazendo que estas assumam parte importante dessa conta por meio de suas contribuições tributárias. Na esteira desse mesmo fenômeno, constata-se que a investigação científica, assim como a equipagem mais cara, são destinadas aos setores privados da medicina, o que também acaba por ser financiado pelo seguro social.

“Vemos, assim, que a igualdade de consumo médico esperada da Seguridade social se perverteu em benefício de um sistema que tende cada vez mais a restabelecer as grandes desigualdades da doença e da morte que caracterizavam a sociedade do século XIX. Hoje, o direito de todos à igualdade na saúde está preso numa engrenagem que a converte em desigualdade.” (Foucault, 2010e, p. 190)

O outro fator mencionado pelo autor refere-se ao destino dos lucros com a saúde, que são arrebanhados pela indústria farmacêutica. Sustentada pelo financiamento coletivo do sistema de seguridade social, transforma os médicos nos mediadores oficiais entre essa indústria e as demandas dos doentes, condenando sua atuação terapêutica à mera distribuição de medicamentos.

Foucault finaliza essa conferência com uma síntese importante do problema que ele aborda nessa série, que nos oferece uma boa perspectiva sobre as intenções políticas dessa genealogia da medicina contemporânea:

“É preciso manifestar a mesma modéstia e o mesmo orgulho [dos economistas?] e afirmar que a medicina não deve ser rechaçada nem adotada como tal, que a medicina faz parte de um sistema histórico, que ela não é um ciência pura, que ela faz parte de um sistema econômico e de um sistema de poder, que é necessário trazer à luz os vínculos entre a medicina, a economia, o poder e a sociedade para determinar em que medida é possível corrigir ou aplicar o modelo.” (Foucault, 2010, p. 193)

2.3. O nascimento da medicina social: problema e hipótese

Para compreender bem os processos que investigaremos em seguida é importante ter presente a problemática lançada por Foucault, à qual somos introduzidos logo ao início da segunda conferência:

“A questão é de saber se a medicina moderna, científica, que nasceu em fins do século XVIII entre Morgani e Bichat, com o aparecimento da anatomia patológica, é individual ou coletiva.” (Foucault, 2010, p. 79)

A construção da hipótese inicial é apresentada em forma de contraposição a uma concepção mais difundida, e que Foucault acusa de pretender ser política, sem o ser, por perder de vista a dimensão histórica que envolve o problema. A posição

criticada responde à questão afirmando que a medicina moderna seria individual pelo fato de ser capturada pelas relações de mercado ditadas por uma economia capitalista, segundo as quais se estabeleceria uma relação individualista e capitalizada entre o médico e o doente, excluindo disso a participação da medicina na esfera coletiva e social.

Partindo da necessidade de desmontar essa visão, aparentemente carente de reflexão histórica, Foucault propõe outra saída, com a qual nos é dado perceber a medicina moderna como uma prática social que, apesar de comportar uma dimensão individualista, pela qual é valorizada a relação médico-doente, é essencialmente social.

O autor assume a hipótese de que a sociedade capitalista opera a passagem de uma medicina privada para uma de caráter coletivo e que essa sociedade, nascida entre o final do século XVIII e início do XIX, se torna capaz de socializar o corpo entendido como realidade produtiva e força de trabalho. Essa nova percepção das potencialidades e demandas do corpo humano no interior de um novo contexto produtivo e existencial implica que:

“O controle da sociedade sobre o indivíduo não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.” (Foucault, 2008, p. 80)

Como podemos perceber, Foucault se distancia do materialismo histórico, mas concebe um real materialismo nas relações de poder, na medida em que o fator material que possibilita o funcionamento do poder não se reduz às condições e relações de produção, sem antes intervir na própria dinâmica interna e externa dos corpos em suas relações. Nesse sentido, o autor toma uma posição muito clara, segundo a qual não devemos compreender que a medicina se manteve como prática de cunho individual até nossos dias e que apenas recentemente veio a e configurar como prática social. Seguindo essa lógica, toda medicina seria uma prática naturalmente social no interior da qual o exercício privado da profissão se configura apenas como mais um momento social da medicina.

“A Medicina sempre foi uma prática social e o que não existe é uma medicina ‘não-social’, a medicina individualista, clínica, do colóquio singular, apenas um mito mediante o qual se defendeu e justificou certa forma de prática social da medicina: o exercício privado da profissão.” (Foucault, 2010e, p. 172)

2.4. As três fases do processo de gênese da medicina social e suas implicações para a gestão da vida em sociedades capitalistas contemporâneas

Essa primeira parte das estratégias biopolíticas é traçada por Foucault a partir da leitura histórica das transformações e inovações na medicina moderna gestadas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Essas inovações provêm de diferentes fontes e, como nos propõe o autor, podemos segui-las observando as soluções que foram emergindo em países europeus dessa época, em especial a Alemanha, a França e a Inglaterra.

Seguindo essa linha de pensamento, Foucault pretende tomar posição diante de algumas hipótese geralmente aceitas, sobretudo a que pretende ver no nascimento da medicina social e em seus primeiros momentos um investimento direto no corpo pensado como força de trabalho, o que o autor não nega sem, contudo, deixar de mostrar como esse tipo de investimento veio à tona apenas na fase final de desenvolvimento da medicina social, da qual temos o exemplo inglês.

“...mas, o que parece característico da evolução da medicina social, isto é, da própria medicina, no ocidente, é que não foi a princípio como força de produção que o corpo foi atingido pelo poder médico.” (Foucault, 2008, p. 80)

Tendo em vista essa posição, somos introduzidos a um esquema que organiza os diferentes momentos e processos que culminaram na criação da medicina social.

“Pode-se, grosso modo, reconstituir três etapas na formação da medicina social: medicina de Estado, medicina urbana e, finalmente, medicina da força de trabalho.” (Foucault, 2008, p. 80)

Temos, portanto, três modelos, três momentos e três países que, em seus contextos históricos específicos, criam soluções complementares para problemas que de certa maneira foram partilhados pelas nações europeias em seu trabalho na criação de caminhos para uma nova conformação social, produtiva, política e territorial, correlatas ao desenvolvimento do capitalismo. Enfim, três etapas que remetem a relações específicas que se desenvolvem entre o universo político e a medicina, e que desenharam o caminho da socialização do corpo e da saúde, acompanhando a passagem do classicismo para a era moderna. Esses processos antecedem e orientam não apenas a formação da medicina clínica moderna, mas também tendem a resolver questões relativas à saúde coletiva e a problemas políticos, que demandam redistribuição dos poderes e a criação de novos mecanismos de gestão da vida.

A primeira dessas soluções veio da Alemanha, exemplo de uma medicina estatizada *ao máximo*, que cria um modelo básico, diante do qual os outros modelos observados nos séculos XVIII-XIX são uma atenuação. Quando Foucault nos introduz à medicina de Estado não faz uma apresentação direta, passando antes por uma exposição da ciência do Estado, também concebida na Alemanha. Sua justificativa para isso é a seguinte:

“Estas análises históricas sobre o nascimento da ciência e da reflexão sobre o estado, no século XVIII, têm somente por objetivo explicar como e porque a medicina de Estado pôde aparecer primeiramente na Alemanha.” (Foucault, 2008, p. 82)

Nesse sentido, ainda que a ciência do Estado seja apresentada como precondição para a criação de uma medicina estatizada, percebemos que essa proximidade é importante para o tipo de análise desenvolvida por Foucault, na medida em que o autor busca politizar os debates sobre as políticas públicas que envolvem a medicina. E se, por um lado temos, a relação direta entre Estado e medicina, da qual a Alemanha nos dá o exemplo, por outro lado, na Inglaterra e na França temos o avesso dessa relação, apresentando práticas médicas que antes mesmo de serem estatizadas, criam soluções que resolvem problemas da

organização e do funcionamento do poder, adiantando e implementando práticas que também concernem às reflexões próprias ao funcionamento do Estado.

Foucault trata essa noção de ciência com maior profundidade em uma fase seguinte de seus trabalhos, junto com as questões da governamentalidade. Ainda assim, não podemos deixar de passar por alguns dos elementos que Foucault considera nesse momento, uma vez que o conhecimento e as práticas que se criaram ao redor do Estado na Alemanha são responsáveis pela criação do Estado moderno, assim como das precondições para o desenvolvimento da medicina social.

A noção de ciência do Estado – *Staatswissenschaft* - comporta dois fenômenos que se deram na Alemanha durante esse período (séculos XVII-XIX). O primeiro faz menção a um tipo de conhecimento que tem por objeto o Estado, e que levava em conta não apenas a administração dos recursos naturais disponíveis ou o estado em que vivia sua população, mas também tudo aquilo que concernia ao funcionamento geral de seu aparelho político. O segundo fenômeno observado diz respeito ao acúmulo de conhecimento que se deu nesse período, por meio do qual o Estado era capaz de extrair e selecionar as práticas que garantiam seu funcionamento.

“O estado, como objeto de conhecimento e como instrumento e lugar de formação de conhecimentos específicos, é algo que se desenvolveu, de modo mais rápido e concentrado, na Alemanha, antes da França e da Inglaterra.” (Foucault, 2008 p. 81)

Foucault lança mão de duas hipóteses para entender essa diferença, das quais uma nos remete à situação geopolítica da Alemanha, que veio a unificar-se apenas no século XIX, e a outra se refere à situação econômica enfrentada por esse país no século XVII. Essa contextualização apresenta, portanto, uma Alemanha dividida, composta por um série de pequenas unidades de pseudoestados, que deram lugar ao desenvolvimento de uma ciência do Estado, antes mesmo que ele existisse como tal. Foi justamente a pequena dimensão desses Estados, a relação conflituosa de justaposição, de competição e constante comparação entre eles, que confluíram na maior “consciência discursiva do funcionamento estatal da sociedade” (Foucault, 2008, p. 81) na Alemanha, enquanto outros estados maiores e mais poderosos estavam em uma zona de conforto que lhes garantia uma unidade menos

consciente, dado que contavam com outros aparelhos bem estabelecidos, tais como o exército e a polícia.

A segunda hipótese remonta à estagnação econômica vivida pela Alemanha no século XVII, que funcionou como forma de retenção da burguesia que se criara após o primeiro desenvolvimento alemão durante o renascimento. Desalojada do comércio, da manufatura e da indústria nascente, essa burguesia aliou-se à soberania, o que resultou na criação de um “corpo de funcionários” (Foucault, 2008, p. 81) dispostos a oferecer sua força e conhecimento ao trabalho de organização do Estado.

“O Estado moderno nasceu onde não havia potência política ou desenvolvimento econômico e precisamente por essas duas razões negativas. A Prússia, o primeiro Estado moderno, nasceu no coração da Europa mais pobre, menos desenvolvida economicamente e mais conflituosa politicamente. Enquanto a França e a Inglaterra arrastavam suas velhas estruturas, a Prússia foi o primeiro modelo de Estado moderno.” (Foucault, 2008, p. 82)

Esse breve desvio ajuda a compreender o modelo da medicina de Estado alemã que, por sua vez, encontrou forte sustentação na organização e nos conhecimentos desenvolvidos em torno do Estado. Para além desse contexto específico, havia elementos mais gerais que serviram como pano de fundo a todas as nações europeias durante os séculos XVI-XVII, no tocante às considerações sobre a saúde de suas populações. Referimo-nos aqui a uma atmosfera política, econômica e científica característica do mercantilismo, descrito por Foucault como uma prática política – mais ampla que uma teoria econômica –, capaz de mensurar e exercer o controle dos fluxos monetários, de mercadorias e das atividades produtivas de uma população. Tudo isso com vistas ao crescimento da produtividade coletiva e da própria população ativa, para que os fluxos comerciais fossem pensados de maneira a aumentar a entrada de moeda no Estado e garantir a manutenção do poder real, tanto em seu próprio interior, quanto em suas relações externas com outros Estados.

Nessa perspectiva, vemos nascer, ainda que embrionariamente, algumas estratégias biopolíticas de controle populacional, nesse caso dirigidas ao mapeamento da força ativa das populações, valendo-se de estatísticas de

natalidade, mortalidade e contagem populacional. O cameralismo, entendido como saber econômico e, ao mesmo tempo, como instituição pública que regula as finanças do Estado, nasce em meio ao contexto mais geral do mercantilismo europeu. Sua principal contribuição para a biopolítica foi fazer que, a partir do século XVII, as nações passassem a se preocupar com a saúde de suas populações, embora apenas na Alemanha essas preocupações tenham ganhado uma configuração institucional e gerida pelo estado, voltada especificamente para a majoração da saúde da população.

A Medizinischepolizei seria a primeira biopolítica (Neto, 2010, p. 36)

2.5. A gestão estatal da vida

O exemplo que temos de gestão estatal da vida provém de programas que foram propostos na Alemanha, entre 1750 e 1770, para gerar melhorias efetivas na saúde da população, algo bastante diferente da simples contabilidade dos que nascem e morrem, e que é chamado de *polícia médica* (*Medizinichepolizei*).

Essa noção, concebida por W.T. Rua em 1764, foi implementada entre o final do século XVIII e o início do XIX. Sua composição complexa aportava, a partir de um rigoroso arranjo do saber médico estatal, todo um sistema organizado e normalizado de observação, contagem, hierarquização das relações de poder e distribuição das atribuições no interior desse mesmo sistema, que é a um só tempo policial³ e médico.

Foucault desenvolve quatro aspectos que descrevem esse sistema e como ele opera. O primeiro se refere à existência de um mecanismo de contagem da morbidade bastante desenvolvido, pelo qual as informações eram colhidas de hospitais e médicos encarregados de recobrir toda a dimensão do Estado, observando fenômenos epidêmicos e endêmicos que pudessem estar ligados aos índices de mortalidade.

³ Embora esse termo nos remeta ao sentido atual de polícia, entendida como braço armado do estado, responsável pela ordem e segurança pública, devemos notar que, no sentido original, o termo designava outra coisa: autoridades estatais voltados à implementação de políticas públicas em setores específicos da sociedade.

O segundo aspecto diz respeito ao que ocorreu na Alemanha como o primeiro processo de normalização da profissão médica e de seu saber correlato, outorgando ao Estado e à corporação de médicos que a ele se vincula, o papel de decidir o que seria esse conhecimento médico, como deveria ser ensinado e como se daria o processo de titulação nessa área. Nesse momento a medicina se vê subordinada ao poder público e a Alemanha foi o primeiro país a normalizar seus médicos, antes mesmo de normalizar os doentes. Enquanto isso, a França entrava nesse mesmo processo de normalização que se deu na Europa, mas cuidando em primeiro lugar da indústria militar e depois de seus professores.

“A França normalizou seus canhões e seus professores, a Alemanha normalizou seus médicos.” (Foucault, 2008, p. 83)

O terceiro aspecto trabalhado por Foucault explica como se deu a centralização desse poder médico, e o quarto comporta as dimensões distributivas desse mesmo poder. Em suma, por um lado, temos a criação de uma administração central que controla as atividades médicas, acumulando informações diversas relativas às demandas reais e objetivas da saúde populacional que, por sua vez, servem como orientação para as práticas médicas. Por outro lado, cria-se uma estrutura hierárquica entre os funcionários médicos nomeados pelo governo, diferenciados de acordo com o alcance populacional e territorial sob os quais exerce seu poder e saber médico. Portanto, se de um lado temos a medicina e sua atuação subordinadas a um poder administrativo superior público, de outro vemos surgir o médico como agente administrador da saúde pública; uma ordem que organiza a medicina no Estado e outra que a organiza nas relações de poder da rede profissional e policial que a faz operar.

“Com a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão do médico, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamado de medicina de Estado.” (Foucault, 2008, p. 83)

Dito isso, podemos afirmar que se a função da medicina estatal alemã não era em sua origem proporcionar um cuidado tal que se pudesse preparar e adaptar o corpo social para um novo tipo de produção industrial que vinha se desenvolvendo, em contrapartida, suas preocupações derivavam de uma “solidariedade econômico-política” (Foucault, 2005, p. 84), diretamente focada no fortalecimento do Estado. Entendemos com isso que o corpo populacional que interessa aos cuidados e investimentos dessa medicina não é o do trabalho ou o do proletariado, mas antes o dos indivíduos que globalmente formam a base constitutiva de um Estado e que deve ser aperfeiçoada como parte central do que proporciona a força da organização social.

Os diferentes desdobramentos da medicina social são traçados por Foucault com o auxílio da constatação de fenômenos sociais pontuais, responsáveis ao mesmo tempo, tanto pelo desenvolvimento da medicina quanto por acontecimentos mais amplos e de grande relevância para a composição de um cenário social, que podemos identificar ao surgimento e processo constitutivo da modernidade. Por isso, se na Alemanha o fenômeno indicado como motor do nascimento da medicina social foi o surgimento de um pensamento científico sobre o Estado, o modelo de medicina social oriundo da França encontra suporte no fenômeno da urbanização.

2.6. A gestão da vida urbana

Como nos ensina o exemplo de Paris, no final do século XVIII a cidade era ainda uma malha difusa de uma série de poderes não centralizados, o que produzia um território também não unificado no qual imperavam forças sociais rivais. Todo um aglomerado de poderes, “...senhoriais ditados por leigos, pela igreja, por comunidades religiosas e corporações, poderes estes com autonomia e jurisdição própria. E, além disso, ainda existiam os representantes do poder estatal: o representante do rei, o intendente de polícia, os representantes dos poderes parlamentares.” (Foucault, 2008, p. 85)

É sob a pressão desse emaranhado de poderes difusos que surge o problema da unificação do poder urbano. Os grandes centros na França farão um

esforço de unificação de seu território, buscando um espaço homogêneo pela ação centralizada dos poderes, capaz de fazer da cidade um corpo urbano consistente, unitário e regulado por um núcleo central.

As razões dessa busca por maior centralidade e homogeneidade nas formas de poder derivam de questões políticas, sanitárias e econômicas. Foucault parte da constatação de que, a partir da segunda metade do século XVIII, as cidades ganham importância como lugar de mercado, concentrando as relações comerciais não só regional e nacionalmente, mas também nas relações comerciais internacionais, fato que torna inviável a gestão dos fluxos comerciais em meio à dispersão de poderes em várias jurisdições. Soma-se a isso o processo de industrialização que, ao transformar as cidades em polos produtivos, “faz com que se recorra a mecanismos de regulação homogêneos e coerentes.” (Foucault, 2008, p. 86)

A outra razão que move o processo de centralização dos poderes nas cidades abre-se para a dimensão sanitária e política, dando lugar a uma solução estratégica única, capaz de dar conta desses dois problemas ao mesmo tempo. Do lado político as preocupações se dirigiam a uma crescente tensão entre os múltiplos focos de poder que coexistiram, até certo ponto de maneira equilibrada nessas cidades, mas que com o tempo, o aumento da população e a suscetibilidade a variações em sua situação econômica/existencial, terminou por dividir o meio urbano em dois lados: um lado burgueses e pessoas com boa situação econômica e de outro a população pobre já em vias de proletarização.

Foucault menciona as revoltas de subsistência para designar uma nova tendência política, na qual os focos de resistência migram do campo – principal foco de revoltas durante o século XVII – para os centros urbanos.

“As chamadas revoltas de subsistência, o fato de que, em um momento de alta dos preços ou baixa de salários, os mais pobres, não podendo se alimentar, saqueiam celeiros, mercados, docas e entrepostos, são fenômenos que, mesmo não sendo inteiramente novos, no século XVIII, ganham intensidade cada vez maior e conduzirão às grandes revoltas contemporâneas da Revolução Francesa.” (Foucault, 2008, p. 86)

Em outro sentido, vemos a problematização da gestão do tecido urbano e social abrir-se às demandas sanitárias, originadas no próprio convívio cotidiano das

idades que, aos poucos, tornam-se lugares insalubres, arriscados, insustentáveis e angustiantes. Essa sensação crescente de perda de qualidade de vida nas cidades é caracterizada por Foucault como *medo urbano*, medo fundado em uma série de elementos que vão do perigo das novas estruturas que surgem na esteira da industrialização à precariedade das antigas, já incapazes de atender às necessidades surgidas com o adensamento populacional.

Entre esses pequenos pânicos, que supostamente foram tomando conta dos moradores desses centros, temos como exemplo o medo das oficinas e fábricas em construção, da população muito numerosa aglomerada em moradias precárias, construídas em locais impróprios. Além disso, estavam presentes o temor de epidemias generalizadas, dos cemitérios que amontoavam cadáveres a ponto de caírem para fora de seus muros ou mesmo, e impressionantemente, derrubar casas vizinhas aos muros dos cemitérios, também forçados pela sobrecarga de corpos.⁴

O aparecimento desses medos urbanos é decorrência característica de uma “inquietude sanitário-política” (Foucault, 2008, p. 87) produzida ao longo do processo de desenvolvimento do tecido urbano. São pontos débeis da gestão pública que não passaram despercebidos, especialmente pela burguesia que, por sua vez, compreende essa debilidade como porta de entrada para o exercício de poder no interior de uma sociedade com autoridades tradicionais, que ainda barravam sua participação oficial e normalizada.

A classe burguesa movimenta-se, então, segundo a escolha de um mecanismo que, nas palavras de Foucault,

“não entra no esquema habitual dos historiadores da medicina... Ela lança mão de um modelo de intervenção muito bem estabelecido mas raramente utilizado. Trata-se do modelo médico e político da quarentena.” (Foucault, 2008, p. 87)

Esse modelo, considerado pelo autor um ideal político-médico da boa organização das cidades no século XVIII, caminhava em paralelo com o modelo de exclusão, que, segundo Foucault, compõe o quadro geral dos modelos de organização médica presentes na história do ocidente. Cada um deles se apresenta como forma social de reação a diferentes fenômenos epidêmicos; de um lado o

⁴ Foucault nos dá o exemplo do “Cemitério dos inocentes” em Paris, onde o que descrevemos acima de fato ocorreu.

modelo da exclusão, suscitado pela lepra e, de outro, o da quarentena, que serve como reação às epidemias pestilentas. Em suma, um modelo de exclusão que busca purificar a cidade excluindo o mal de seu território, exilando-o e encerrando-o no interior de instituições responsáveis (esquema de purificação religiosa), e um modelo de quarentena que, no lugar de exclusão e do exílio, impõe a lógica do internamento a seus moradores, realizando análises detalhadas e minuciosas, individualizadas e constantemente registradas (esquema de organização militar).

Nessa perspectiva histórica, Foucault pode alinhar a medicina urbana ao modelo da quarentena, afirmando que essa medicina é um refinamento que aperfeiçoa, na segunda metade do século XVIII, os elementos dessa prática que nasce após o final da Idade Média (séculos XVI-XVII). A crescente preocupação sanitária da higiene pública, que vemos nascer nos grandes centros urbanos da França é, portanto, uma variação sofisticada do tema da quarentena e possui as seguintes características básicas: analisar e redimensionar os espaços públicos onde acontece o acúmulo de elementos provocadores de doenças e difusores de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. O principal alvo dessa observação e redimensionamento são os cemitérios, que aos poucos vão sendo transferidos para periferia das cidades (1780), sendo também alvo de protestos (1740-50).

Surgem, na esteira desse redimensionamento das estruturas urbanas, os cemitérios como os conhecemos hoje em dia, algo como um batalhão militar, ainda que neste caso seja de mortos, todos bem enfileirados e exaustivamente classificados. Aqui temos notícia histórica de algo bastante inusitado, a saber, não foi o cristianismo que nos ensinou a cuidar de nossos mortos fazendo enterros individuais com lugares específicos, classificados e designados para cada corpo, mas sim demandas político-sanitárias, muito mais preocupadas com a saúde dos vivos do que com o descanso dos mortos.

“Não uma ideia cristã, mas médica e política. Melhor prova é que, quando se pensou na transferência do Cemitério do Inocentes, de Paris, apelou-se para Foucroy, um dos grandes químicos do final do século XVIII... É o químico, enquanto estuda as relações entre organismos vivos e o ar que se respira, que é encarregado desta primeira política médico urbana sancionada pelos exílios dos cemitérios. Outro exemplo é o caso dos matadouros que também estavam situados no centro de Paris

e que se decidiu, depois de consultada a Academia de Ciências, colocar nos arredores de Paris ...” (Foucault, 2008, p. 90)

Para Foucault a medicina urbana opera segundo dois grandes objetivos. Um deles estava vinculado ao controle da circulação dos fluxos de coisas e elementos que permeiam o meio urbano. A atenção era dirigida, principalmente para a urgência sanitária de garantir a qualidade do ar e das águas nas cidades. Daí a necessidade de construir grandes corredores, ou avenidas, e de retirar as casas que eram construídas em lugares indevidos. Criam-se também corredores de água com a intenção de que seu fluxo pudesse limpar e purificar a cidade de doenças.

O outro objetivo central dessa medicina era de organizar o que o autor denomina *distribuições e sequências*. Nesse aspecto, cuidava-se das fontes e dos esgotos, tratando de garantir que não houvesse mistura de águas limpas com águas que recebiam dejetos.

Todas essas estratégias empregadas pela medicina urbana serviram como instrumentação para a criação de planos diretores e estudos do tecido urbano, como foi o caso de Paris quando, em 1767, o arquiteto Moreau desenhou um desses planos para organizar as margens e as ilhas do rio Sena, da mesma forma que surge em 1747 um plano hidrográfico de Paris visando detectar os lugares que possuíam águas limpas e livres de contaminação por esgoto. A implementação desses planos diretores, assim como o acúmulo dessas pesquisas, seguiram sendo usados até o século XIX, de modo que quando estoura a Revolução Francesa, “a cidade de Paris já tinha sido esquadrihada por uma polícia médica urbana que tinha estabelecido o fio diretor do que uma verdadeira organização de saúde da cidade deveria realizar.” (Foucault, 2008, p. 91)

Esse tipo de medicina, desenvolvida na esteira da criação de novas demandas que despontam junto com o nascimento dos grandes centros urbanos modernos, ainda estava distante da capacidade de intervenção social da medicina de Estado alemã. Isso se deve a dois fatores, pois se, num primeiro sentido, sua atuação estava mais direcionada às pequenas comunidades das cidades do que às unidades estatais, em outro sentido ela carecia de instrumentos específicos e oficiais de poder, esbarrando nas rígidas legislações da propriedade privada, que se interpunham no conflito da atuação da medicina urbana diante dos outros tipos de poder vigentes.

As mudanças em relação à propriedade privada serão conquistadas pela burguesia apenas depois da Revolução Francesa. A partir desse momento conquistam maior poder de intervenção nesse campo fundamental, superando algo que até então era tido como sagrado e intocável e que representava um entrave para a atuação inicial da medicina urbana.

Ainda assim, mesmo sendo um modelo carente de instrumentos que lhe viabilizassem maior acesso ao poder estatal, a relação que estabelece entre a medicina e o meio urbano traz grandes saltos qualitativos nos aspectos científicos do saber médico. Em função disso, Foucault diz que a medicina urbana foi capaz de superar a medicina de Estado na “fineza de observação, na cientificidade das observações feitas e das práticas estabelecidas” (Foucault, 2008, p. 93), fornecendo a experiência embrionária da medicina científica do século XIX. Experiência que encontra suas bases no primeiro contato da medicina com conhecimentos científicos de primeira ordem, em especial a química, que a atravessa com seus estudos sobre o ar, deixando abertas tendências que mais tarde se desdobrarão em Lavoisier e Fourcroy, que se interessam pelo “*problema do organismo por intermédio do controle do ar urbano.*” (Foucault, 2008, p. 92)

O movimento inverso também aconteceu, segundo o qual vemos essa ciência médica implementando noções que ganham o campo das ciências naturais e ali se desenvolvem no final do século XVIII em trabalhos como os de Cuvier. O exemplo mencionado remete à fundamental noção de meio, fruto de uma medicina urbana que não era centrada no homem, nos corpos ou organismos, mas sim nas coisas que interferem ou contribuem nas “condições de vida e meios de existência. A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana.” (Foucault, 2008, p. 93)

A medicalização do tecido urbano foi importante, também, para a formulação da noção de salubridade, o que na verdade parece uma de suas maiores conquistas, tanto para sua viabilidade prática, como para a conquista de poder, uma vez que essa noção serve ao mesmo tempo como estratégia de ação e porta de entrada para a burguesia aceder a novos meios de exercício de poder. Essa posição se torna patente poucos anos após a Revolução (1790 ou 1791), com a implementação de comitês de salubridade, reivindicados na Assembleia Constituinte.

“Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que surge a noção de higiene pública, técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis à favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial de medicina social francesa - é o controle político-científico desse meio.” (Foucault, 2008, p. 93)

2.7. A medicina dos pobres

O terceiro modelo de medicina social que entra no quadro geral das análises de Foucault, provém da Inglaterra e, com ele torna-se possível atestar a ideia de que a medicina dos pobres, voltada aos cuidados da força de trabalho populacional, não foi o primeiro objetivo da medicina social, mas sim o último. Portanto, em primeiro lugar, a medicalização do Estado, em seguida a das cidades e do meio urbano e, por fim, a dos pobres e trabalhadores.

A perspectiva histórica da qual lançamos mão mostra que a questão dos pobres e dos trabalhadores não era considerada um problema médico durante o século XVIII, o que se devia a uma população ainda não tão numerosa e aglomerada, como também à importância que essa população representava para o funcionamento das cidades. Nesse contexto, “Eles faziam parte da instrumentação da vida urbana” (Foucault, 2008, p. 94), garantido a operacionalidade de serviços primordiais, uma vez que era a única parcela social que conhecia os meandros das cidades, ainda sem casas numeradas e serviços oficiais, dispendo-se a realizar a entrega de alimentos, a distribuição postal, a limpeza da cidade entre outros serviços básicos.

“Na medida em que faziam parte da paisagem urbana, como os esgotos e a canalização, os pobres não podiam ser postos em questão, não podiam ser vistos

como um perigo. No nível em que se colocavam, eles eram bastante úteis.” (Foucault, 2008, p. 94)

A mudança desse *status* veio gradativamente e foi se construindo por uma série de razões e acontecimentos históricos que ganharam visibilidade em toda Europa. Foucault indica três motivos distintos para essa virada, sendo o primeiro político, o segundo de ordem prática e o terceiro propriamente relacionado a questões médicas.

A Revolução Francesa, somada às agitações sociais do começo do século XIX, tornaram perceptível o poder político de revoltas organizadas por essa parte da população. As razões práticas encontram-se na substituição da participação dessa população em serviços úteis ao funcionamento das cidades, por meio da implementação de sistemas postais e de carregadores, o que teve como efeito o fim de seus meios de subsistência, produzindo ainda mais revoltas populares. Por fim, as razões médicas, que ganham visibilidade com a cólera de 1832, iniciada em Paris e propagada por toda a Europa, cristalizando em torno dessa população uma série de medos políticos e sanitários.

As reações imediatas nos centros ingleses foi a de uma redistribuição territorial, separando ricos e pobres, burgueses e proletariado, dado que a coabitação dessas duas camadas sociais era vista como risco sanitário e político para as cidades.⁵ A partir desse momento, o poder político começou a se apropriar da gestão e exercer influência decisiva sobre os direitos da propriedade privada e da habitação, em função de seus objetivos sanitaristas, o que não aconteceu no caso da medicina social francesa e foi um ponto de entrave para implementação de modificações no tecido urbano.

A medicina social inglesa surge como um meio de equacionar esses problemas que, por sua vez, eram fruto de um país em que o processo de industrialização e a conseqüente proletarização da população aconteceu com maior velocidade e centralidade do que em outros países europeus. O fato desse modelo ser um pouco mais recente que os da Alemanha e França lhe permite uma rica contribuição acumulada dessas experiências anteriores. Ainda assim, mesmo que encontremos produções feitas na Inglaterra, orientadas pela medicina social alemã

⁵ “Foi esse o momento da grande redistribuição, no Segundo império Francês, do espaço urbano parisiense” (Foucault, 2005, p. 95)

ou francesa, é a “Lei dos Pobres” (Foucault, 2008, p. 95) que abre as portas para que a medicina se faça social nesse país, uma vez que nesse conjunto legislativo havia um enfoque central no controle médico das camadas mais pobres.

A possibilidade desse tipo de controle médico funciona no interior de um sistema de assistência, que amarra todos aqueles que se beneficiam de seus cuidados a uma série de controles médicos e políticos. Nesse sentido, a *Lei dos Pobres* se apresenta como a ponta de um processo que se aprofundará na busca de soluções dos problemas de uma classe burguesa que, ao cavar espaço para conquista e preservação de seu poder político, deve se pôr a seguinte questão : “a que preço, em que condições e como assegurar sua segurança política” [?] (Foucault, 2008, p. 95)

A *Lei dos Pobres*, provida dos mecanismos de *assistência-proteção* e *assistência-controle*, que dela derivam, foi o início da criação de um complexo sistema que se complementa em 1870 com o auxílio da produção dos criadores da medicina social inglesa, dos quais Foucault ressalta o nome de John Simon. Esse suplemento essencial é posto em prática em 1875, com o advento dos sistemas de *Health Service* e *Health Officer*.

Em suma, um primeiro movimento que ajuda na transposição de legislações médicas essenciais à implementação de novas formas de controle e de governo da população pela classe burguesa que ascendia politicamente, e um segundo que concretiza e torna funcional um sistema médico que opera o controle sanitário e político da população pobre e trabalhadora.

“Com a Lei dos Pobres aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitia que o fizessem por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes trabalhadoras e, por conseguinte, a proteção das classes ricas. Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres; os pobres encontram a possibilidade de se tratar gratuitamente ou sem grandes despesas e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre.” (Foucault, 2008, p. 95)

Com o *Health Service* aparece o prolongamento dessa *Lei* para todos os membros da população, assim como aporta cuidados médicos que não são de ordem apenas individual, mas que decidem por medidas interventoras em todo o tecido social. Esse serviço de saúde, desta feita, completa a *Lei dos Pobres* no que seria sua instância coletiva, tornando viável a intervenção em lugares insalubres, a distribuição obrigatória e a verificação das vacinas, assim como o registro de focos de doenças epidêmicas, funções que definem genericamente a medicina social Inglesa.

Esse tipo de poder médico foi alvo de uma série de resistências na segunda metade do século XIX, quando grupos de dissidência religiosa, em diferentes países da Europa, lutam contra a medicalização da sociedade, ou seja, contra uma intervenção estatal sobre a vida por meio da saúde. Reivindicavam o direito das pessoas de não se submeterem a uma medicina oficial, o direito sobre seus corpos e o de decidir como viver, como se cuidar e, mesmo, morrer livre das intervenções médicas instituídas.

Foucault relata que no século XIX a medicina avançou os limites das doenças e demandas dos enfermos, medicalizando coisas que pareciam fora de seu alcance e que compunham um campo de exterioridade à medicina. Esse processo que pode representar a normalização integral da vida humana não correu sem resistências, das quais temos o exemplo que o autor apresenta a seguir.

“A Revolução Francesa, por exemplo, concebeu uma série de projetos de moral do corpo, de higiene do corpo, que não deveriam, de modo algum, estar sob o controle dos médicos: concebia-se uma espécie de regime político feliz, em que a gestão do corpo humano, a higiene, a alimentação ou o controle da sexualidade correspondiam a uma consciência coletiva ou espontânea. Esse ideal de uma regulação não médica do corpo e da conduta continuou durante o século XIX...” (Foucault, 2010, p. 184)

Nosso país também traz um interessante episódio de resistência a esse processo. O caso foi o da *Revolta da Vacina*, que tem como campo de batalha a cidade do Rio de Janeiro, tomada por uma epidemia de varíola. De um lado, médicos como Oswaldo Cruz, que buscavam aprovar novas legislações sanitárias – acompanhado pela polícia e pelo exército –, de outro, a população assustada e

enfurecida com o processo violento pelo qual foi implementada a Lei da Vacina Obrigatória. A população revoltada logra a suspensão do programa, mas assim que a resistência é contida, em pouco tempo o processo de vacinação é retomado e a cidade quase destruída se livra da varíola e inaugura uma nova fase nas políticas públicas sanitária do país.

"Tiros, gritaria, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados às pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitarista Oswaldo Cruz" (Gazeta de Notícias, 14 de novembro de 1904).

Foucault encerra essa série de reflexões sobre o nascimento da medicina social afirmando que esse modelo inglês foi o mais próspero dos três apresentados. Isso se deu em função de certas complicações enfrentadas pela medicina de Estado alemã, que apresentava altos custos de manutenção do funcionalismo público, e pelo modelo francês que carecia de instrumentos definidos de atuação no poder, mas também foi fruto de conquistas e de certa originalidade característica ao modelo Inglês.

Nesse sentido, temos uma forma de medicina social que conquista e implementa um modelo de assistência médica aos pobres, capaz de exercer o controle da saúde da massa trabalhadora, ao mesmo tempo que esquadrinha todo o campo da saúde pública, buscando a proteção das classes altas diante dos problemas políticos e sanitários oriundos das classes pobres e trabalhadoras. Portanto, união entre assistência médica aos pobres, o controle da saúde da mão de obra e a proteção sanitária e política da classe burguesa. A originalidade do modelo inglês está na realização de três sistemas médicos diferentes, que coexistem e se sobrepõem uns aos outros, sendo um deles relativo à medicina assistencial dirigida aos pobres, o outro relativo a uma medicina administrativa que cuida da gestão pública sanitária – vacinações, epidemias e locais insalubres – e, por fim, um sistema privado de atendimento médico para a parcela rica da sociedade.

“... o sistema inglês possibilitava a organização de uma medicina com face e formas de poder diferentes segundo se tratasse da medicina assistencial,

administrativa e privada, setores bem delimitados que permitiram, durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a existência de um esquadramento médico bastante completo.” (Foucault, 2008, p. 97-98)

Essa é a face do poder médico moderno, uma síntese das experiências históricas estudadas por Foucault, e uma estruturação geral da saúde e da medicina como instrumentos poderosos de intervenção e controle social. É assim que a medicina social entra em cena como fator essencial de uma reordenação radical da sociedade, de suas forças produtivas, econômicas, políticas e vitais. Todo um aparato político-médico, que compõe parte das tecnologias do corpo social que buscamos desenhar, com o fito de criar um quadro geral dessas tecnologias e assim perceber uma construção moderna que entende o corpo e a vida humana como realidade biopolítica.

Nesse sentido, nota-se uma confluência direta de interesses da burguesia no processo de socialização da medicina, devido à sua importância para a consolidação do capitalismo, algo que Foucault busca mostrar nessa análise da medicina social. O Plano Beveridge e o nascimento dos Estados de Bem Estar Social marcam um ponto importante do processo pelo qual os Estados assumem como sua responsabilidade a saúde de suas populações. Inversão da lógica tradicional que faz da saúde um fim e não mais o mero meio de manutenção da força interna do Estado. Esse processo remete a outras questões de fundo que Foucault enfrenta em seus estudos sobre a biopolítica, levando o autor às questões da governamentalidade e desse movimento que põe os Estados a serviço de suas populações.

2.8. Medicalização do hospital

Embora a última conferência de Foucault esteja mais ligada às questões da medicalização do hospital, mediante a incorporação de tecnologias disciplinares, devemos notar que esse processo teve impactos importantes para a medicina social, portanto, para o desenvolvimento da biopolítica.

O autor observa as transformações responsáveis pela inserção dos hospitais no campo das práticas médicas e terapêuticas, algo que até meados do século XVIII não acontecia. Nesse período o hospital era uma instituição terminal e servia como local de assistência aos pobres que ali entravam apenas para esperar a morte e se reconciliar com Deus. A condução religiosa dos hospitais transformava a caridade em sua prática essencial, focada no cuidado da alma e não do corpo ou das doenças.

“Antes do século XVIII o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Era ao mesmo tempo era uma instituição de separação e exclusão. O pobre, como tal, necessitava assistência; como enfermo, era portador de doença que ele poderia propagar. Em poucas palavras, ele era perigoso. Daí a necessidade da existência do hospital, tanto para recolhê-los como para proteger aos demais do perigo que eles representavam. Até o século XVIII o personagem ideal do hospital não era o doente, aquele que era preciso cuidar, mas o pobre, que já estava moribundo. Trata-se de uma pessoa que demanda assistência material e espiritual, que necessita receber os últimos auxílios e os últimos sacramentos. Esta era a função essencial do hospital.” (Foucault, Educación médica y salud * Vol. 12, No. 1 (1978) | p. 22)

A medicalização dessa instituição, como vemos em outros exemplos franceses, deve-se mais a questões econômico-sanitárias, do que a demandas por novos tratamentos e práticas terapêuticas. A medicina urbana teve forte influência nesse processo, uma vez que nesse contexto o hospital passa a ser visto como foco de desordem econômica e social que precisava ser neutralizado para não se alastrar para o resto da cidade. Buscando fazer cessar a presença negativa dos hospitais, todo um aparato teórico-prático o investe e faz dele palco do desenvolvimento de tecnologias disciplinares e de um novo campo de saber médico.

Houve outro fator que foi muito importante para a medicalização dos hospitais. A valoração econômica dos indivíduos surge com o desenvolvimento de novas técnicas militares e produtivas que demandam sua capacitação, o que acaba por valorizar o indivíduo e o corpo aprimorado pelo trabalho das tecnologias disciplinares. É no exército que, pela primeira vez, se identificam a demanda e a conformação de um modelo de hospital medicalizado. A introdução do fuzil, no fim

do século XVII, exigia altos gastos com longos treinamentos para o manejo da arma e para a adaptação dos soldados à novas formas de batalha. Isso passa a demandar um cuidado e vigilância muito maior com os soldados e dessa demanda nascem as tecnologias disciplinares voltadas às necessidades dos hospitais militares.

“Se os hospitais marítimos e militares se tornaram modelos da reorganização hospitalar, é porque com o mercantilismo as regulações econômicas se fizeram mais estritas. Mas também porque o valor do homem aumentava cada vez mais. Com efeito, é precisamente nessa época que a formação do indivíduo, sua capacidade, suas aptidões começavam a ter um preço para a sociedade.” (Foucault, *Educación médica y salud* * Vol. 12, No. 1 (1978) p. 26)

O mecanismo disciplinar torna-se uma técnica polivalente que permeia diferentes instituições e, saindo do exército, essa mesma forma de poder entra nas escolas, nas fábricas, nas prisões e nos hospitais.

As táticas centrais que descrevem o poder disciplinar operam segundo a divisão sistemática do espaço até o nível celular, a decomposição e recomposição analítica da temporalidade dos gestos, a integração articulada das atividades, a avaliação e o exame contínuo por meio da observação e com a finalidade de correções dos comportamentos desviantes. Essa tecnologia tem como finalidade ordenar as massas urbanas que afluíam do campo para os novos centros e ali encontravam uma nova configuração de trabalho e de comportamento social. Seu ponto de apoio, os indivíduos, passa a ser organizado segundo uma hierarquia funcional que sustenta objetivos definidos e para isso divide os indivíduos em células separadas, posicionando-os de acordo com as relações funcionais e produtivas que estabelecem entre si, sendo meticulosamente observados nos mínimos detalhes de suas atividades para que sua ação e seus gestos possam ser esquadrihados e recompostos em benefício da eficácia dos diferentes dispositivos disciplinares. Os mecanismos de vigilância contínua também tomam corpo nos próprios indivíduos, são eles que fazem o papel dos olhos do poder disciplinar que, ao introjetar os padrões de normalidade no corpo dos indivíduos, termina por fazer deles a plataforma sobre a qual os fluxos disciplinares correm. Portanto, o indivíduo vigiado também é vigilante, aquele que segue a ordem, indica o caminho ordeiro aos outros,

aquele que é normal, por contraste denuncia o anormal, aquele que serve como fonte de informações, regulamentação e normalização, também informa sobre os outros, regula e normaliza.

A principal ferramenta para o processo de individualização levado a cabo pela disciplina é o exame. Com esse recurso, difundido por todos os mecanismos disciplinares, torna-se possível um registro permanente dos indivíduos e de acontecimentos a eles conectados, sempre ligado aos níveis superiores da hierarquia que, por sua vez, não perde nenhum detalhe de vista, mantendo sempre uma visão de conjunto e particularizada. O exame é a fonte da maioria das informações que alimentam o funcionamento dos dispositivos disciplinares, por meio dele é possível avaliar as performances, dar forma a uma vigilância incessante, levantar os dados necessários para a composição das normas, definir parâmetros que reconheçam os desvios de conduta e os sancionem com correções ou aplicação de punições adequadas.

A medicalização do hospital foi fruto não só de sua disciplinarização, mas também de mudanças internas ao saber médico. Até o século XVIII a medicina ainda operava segundo modelos medievais que estavam focados no conceito de crise, que representava o momento em que a natureza saudável do organismo é atingida por alguma doença. A função do médico nesse contexto era manter a observação do paciente, tomando atitudes que favoreciam a vitória da natureza sobre a doença. No século XVIII a medicina se beneficia dos desenvolvimentos da botânica e muda sua forma de inteligir as doenças, que nesse novo contexto passam a ser analisadas e classificadas segundo a noção de espécie e gênero, sempre em relação com o meio ambiente. O modelo deixa de ser o da medicina da crise e se torna o da medicina do meio, agora menos preocupada com as doenças em si do que com o meio natural que favorece a sua propagação.

Essa nova configuração do saber médico, munida das tecnologias disciplinares, possibilita a medicalização do hospital e o transforma em um mecanismo ativo de cura e promoção de saúde. Nesse processo a meticulosa observação empírica do exame fornece os dados para que o espaço hospitalar seja remanejado e favoreça sua função terapêutica. A função e o poder do médico também são reposicionados, levando-o ao topo da hierarquia hospitalar, uma vez que é seu conhecimento que garante o novo funcionamento do hospital e sua eficácia terapêutica.

Como anunciamos antes, toda essa jornada da medicalização dos hospitais tem influências diretas no desenvolvimento da medicina social. Em seus novos moldes de funcionamento o hospital organiza mecanismos de observação integral e permanente, o que resulta em melhor acompanhamento de todas as intervenções e campanhas médicas. Os tratamentos são avaliados segundo sua eficácia em todo o tecido social, os casos e seus resultados passam a ser comparados criando um acúmulo de conhecimento no interior do hospital, orientado por prática médicas que nesse contexto ganham bases empíricas. A *clínica*, como a entende Foucault, é essa prática médica que faz do hospital um centro de formação e propagação de conhecimento. É sob essa influência que a medicina social se transforma e passa a tomar a população como seu objeto de investimento no exercício do poder e na produção do saber.

Mesmo que a medicina hospitalar não seja constitutiva da medicina social, é importante notar as conexões que existem entre elas. Essa relação é válida para entender como o autor articula o poder disciplinar ao biopolítico, duas tecnologias que surgem em tempos diferentes e atuam segundo finalidades distintas, mas que nunca se colocam uma em detrimento da outra, ou mesmo, nunca dividem o pensamento do filósofo em duas teorias do poder.

O Poder médico faz esse trabalho de integração das duas formas de poder, levando a tônica das análises de Foucault ora para as questões disciplinares, como acontece na análise da medicalização do hospital, ora para as questões propriamente biopolíticas, o que nos é apresentado na genealogia da medicina social.

O poder médico se apresenta, nesse primeiro momento da análise sobre a biopolítica, como importante mecanismo de poder, capaz de penetrar todo o tecido social produzindo intervenções que vão da disciplina ao biopoder, do investimento particularizado no corpo ao governo sanitário das populações. Essa fecunda relação entre a medicina moderna e a biopolítica cria um campo de atuação vasto e perfaz um duplo movimento que, por uma lado, politiza a medicina e, por outro, medicaliza o poder. Devemos, portanto, considerar como parte desse mecanismo de poder não só os doentes e os médicos, mas também os serviços médicos organizados em departamentos de saúde estatais, os departamentos de obras públicas, as empresas privadas, as universidades e sua produção de conhecimento, assim como a indústria farmacêutica.

Nesse contexto, vemos o médico assumir funções cruciais para a fusão entre biopolítica e medicina, pois na medida em que é cooptado pelo Estado, seu trabalho se politiza colocando-o à frente de diferentes iniciativas que fundam a medicina social. Segundo essa percepção, nota-se a relevância política dos médicos, que passam a ser responsáveis não só por intervenções diretas no estado de saúde dos doentes, mas também por reconfigurar o meio natural que permeia as cidades, definir o planejamento urbanístico e intervir nas relações sociais derivadas da divisão geopolítica das cidades. O poder dos médicos não para por aí, ele segue adiante imputando-lhes a responsabilidade de gerir os hospitais, desenhar as políticas públicas sanitárias, das quais derivam as políticas de alimentação, o controle da morbidade e da sexualidade/fecundidade, passando a dispor de um poder integral, sem exterioridade, para intervir de maneira contínua e compulsória na saúde e no modo de vida da população.

Neto defende que existem dois elementos centrais que determinam o funcionamento de um mecanismo biopolítico. Por um lado, destaca o objeto e, por outro, o meio: um objeto de interesse que define campos de atuação da biopolítica e um meio que permite a inserção desse mesmo objeto. No caso da medicina esse objeto é a saúde da população, essa multiplicidade de corpos que configuram a população de um Estado, sua força produtiva e um novo problema social para as cidades.

“Esse objeto é o correlato de uma prática discursiva específica, a medicina social, e as diversas instituições correspondentes, os departamentos de saúde dos Estados, os planos de governo, as leis de saúde pública, os programas de partidos, os hospitais etc...” (Neto, 2010, p. 47)

Por outro lado, esse mecanismo também se define pela representação daquilo que se torna o suporte de penetração de seu objeto. O meio natural é esse suporte, e em relação com ele o próprio objeto ganha seus contornos. Não estando fechada em si, a saúde passa a ser compreendida a partir das relações que estabelece com o meio e com as propriedades do ambiente. Nessa relação entre meio e objeto vemos surgir uma conexão causal entre os dois, segundo a qual a disposição do meio tem influência direta no objeto. Com isso, o meio passa a ser esquadrihado e analisado segundo variáveis controláveis, sobre as quais podem

incidir intervenções pontuais que alteram o *status* do objeto. Nesse sentido, vemos que o saber produzido pela biopolítica no interior da medicina social trata de mapear as leis naturais que coordenam as variáveis existentes na relação entre o meio e determinado objeto de interesse do poder, neste caso a saúde da população. Isso nos permite afirmar que a biopolítica, nesse episódio, incide muito mais sobre o meio do que sobre seu objeto propriamente dito, a saúde.

“Ou seja, o poder medical biopolítico não se exerce diretamente sobre os indivíduos que compõe a população, mas sobre o meio, que condiciona causalmente – mediante leis naturais cientificamente determináveis – os indivíduos de uma população.” (Neto, 2010, p. 47)

3. SEXUALIDADE E BIOPOLÍTICA

As análises desenvolvidas por Foucault no primeiro livro da *História da Sexualidade – Vontade de Saber* – apresentam elementos essenciais para compreender a configuração contemporânea da relação entre poder e sexualidade, cujo ponto de articulação se encontra no que o autor entende como dispositivo de sexualidade. Esse mecanismo que incita, produz e conduz a sexualidade tem sua origem vinculada às técnicas de direção de consciência da pastoral cristã e segue complexificando suas formas de ação à medida que se encontra com instituições pedagógicas, familiares e médicas, a ponto de se tornar um dos principais meios de governo das populações.

O biopoder analisado sob a ótica da sexualidade abre um ponto a mais nessa complexa rede de poderes que, em sua difusão capilar e na confluência histórica da emergência de diferentes práticas sociais, produções discursivas, cognitivas e científicas, acabam por configurar estratégias de conjunto de um poder capaz de atingir penetração global e recobrir a totalidade dos fenômenos fundamentais que dizem respeito à vida.

Surgem assim novas formas de exercício político, de ação do poder sobre a vida e de produção de realidade. Acontecimentos que, segundo Foucault, clamam por novas leituras direcionadas muito mais a uma *analítica* do poder do que a uma *teoria* geral; trata-se de um tipo de análise que busca a “*definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo.*” (Foucault, 2010d, p. 92)

A sexualidade se apresenta, nesse momento da pesquisa de Foucault (1976), como um ponto de análise de grande importância e com implicações profundas na trajetória futura de sua obra. Roberto Machado escreve:

“Depois de *A Vontade de Saber*, o pensamento de Foucault segue duas direções principais, que podem ser definidas como uma genealogia do ‘governo de si’ e do ‘governo dos outros’, para empregar os termos dos títulos de seus últimos

cursos no Collège de France”. (Machado, 2009, p. 178)

Com isso, percebemos que as análises que despontam em *A vontade de Saber* trazem à tona a conexão entre indivíduos e população sob a ótica das relações e técnicas de poder, desenvolvendo-se, a partir de 1977, com novos elementos direcionados ao estudo do governo dos homens e das artes de governar. As genealogias do poder presentes nos livros e estudos que o autor produz ao longo dos anos 1970, inicialmente focadas na sociedade disciplinar, ampliam-se e ganham novos horizontes quando se abrem aos estudos da biopolítica.

Machado defende que ao longo das investigações sobre a sexualidade o autor compreendeu que o dispositivo de sexualidade funcionava para além das técnicas e instituições disciplinares, que seu domínio de atuação não se restringe à reorganização econômica das forças no corpo dos indivíduos. O controle das atividades humanas de acordo com o uso do tempo e divisão dos espaços, assim como as técnicas de vigilância, exame e normalização, características da anatomopolítica, seriam apenas parte do dispositivo de sexualidade. A essa parte responsável pelos processos de individuação, soma-se a biopolítica, responsável pela manutenção do corpo social e regulação dos fenômenos que dizem respeito à espécie humana.

A relação entre os processos de regulação das populações e os processos de disciplinarização do corpo apresenta as duas faces do biopoder. Já nas conferências de 1974, proferidas na UERJ, Foucault apresentara o corpo como realidade política investida por dispositivos que seguem essas duas vias, ora individualizando o controle mediante o uso de instituições como o hospital ora generalizando-o por meio da medicina social.

Ainda que os dispositivos disciplinares e biopolíticos operem segundo mecanismos heterogêneos, integram-se de maneira complementar no que tange à busca de um controle total da vida e de seus processos. No biopoder essas duas formas de saber e poder⁶ revezam-se, servindo uma de suporte à outra no interior

⁶ Acrescentamos essa nota para exemplificar com dados concretos os efeitos produtivos, tanto da relação de complementariedade entre poder e saber, quanto entre anatomopolítica e biopolítica. “Nesse sentido, se as ciências do homem têm como condição de possibilidade política a disciplina, ‘as regulações da população’, os ‘dispositivos de segurança’ estão na origem de ciências sociais como a estatística, a demografia, a economia, a geografia etc.” (Machado, 2009, p. 178)

de práticas políticas capazes de aprofundar essa vontade de dominar a natureza, de estatizar o biológico e fazer a vida trabalhar nas engrenagens das sociedades capitalistas.

Essa apresentação dos assuntos que seguiremos aprofundando ao longo desse capítulo destaca a sexualidade como um domínio de análise privilegiado, não só para nos situar no pensamento de Foucault, mas também para a compreensão das estratégias do regime de poder atual.

Nesse sentido, partiremos de algumas articulações presentes em *A Vontade de Saber*, que permitirão esclarecer o que ele apresenta, no último capítulo intitulado “Direito De Morte e Poder Sobre a Vida”, como o ponto de passagem a um regime orientado pela lógica do biopoder.

Mediante a descrição do *dispositivo de sexualidade*, buscamos compreender tanto o que Foucault conceitua como analítica do poder, quanto a perspectiva que daí se pode lançar sobre a sexualidade ocidental e sua história recente para, por fim, ver emergir uma faceta nova do biopoder e suas implicações na gestão da vida humana.

3.1. Dispositivo de sexualidade e vontade de saber

Em entrevista de 1978 Foucault é questionado sobre o motivo de fazer do sexo um bode expiatório.

“– Por que escolher o sexo como bode expiatório? - E por que não? Ele existe, representa 90% das preocupações das pessoas durante a maior parte das horas de vigília. É o impulso mais forte que se conhece no homem: sob diferentes aspectos, mais forte que o da fome, da sede e do sono...” (Foucault, 2010a, p. 310)

Embora esse trecho não toque de forma aprofundada na importância estratégica da sexualidade como campo político de análise, evoca o cenário privilegiado em que se desenrola boa parte de nossas preocupações e uma das

maiores referências atuais sobre nossa identidade e saúde.

A escolha desse ponto de partida ganha contornos mais interessantes e abrangentes quando começamos a nos interrogar sobre os elementos que nos permitem identificar, nas culturas ocidentais, a emergência de uma vontade de verdade, de saber e de poder que contorna e investe, sob múltiplas perspectivas, o sexo e o desejo. Haveria, portanto, entre cada um e sua relação privada e individual, genética e populacional com o sexo, uma demanda infindável de verdade que erige o domínio da sexualidade como o que guarda a possibilidade de dizer o que somos.

“Dupla petição [de saber], pois somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto que ele é suspeito de saber a quantas andamos nós.” (Foucault, 2010d, p. 88)

Essa “*formidável petição de saber*” (Foucault, 2010d, p. 88), que há alguns séculos vem se assenhorando do sexo, se desdobra tanto em direção à verdade sobre o sexo, quanto à verdade de nós mesmos, do que somos. A constatação dessa vontade de saber sobre o sexo levanta uma série de questões pertinentes aos estudos dos processos de politização da sexualidade e da vida na contemporaneidade: que tipo de sujeito e de subjetividade afloram no homem, quando ele se torna inteligível como objeto do conhecimento de uma ciência do sexo e de suas práticas correlatas? Que tipo de poder é esse que, por um lado, é apresentado como repressivo e negativo, segundo as hipótese mais difundidas e, por outro, comporta uma incessante investigação e proliferação discursiva sobre o sexo? Qual é o tipo de análise filosófica e histórica que pode lançar novas luzes sobre essa conformação do poder, identificada no ponto de intersecção entre a sexualidade, os indivíduos e a população?

A sexualidade é um dispositivo central no funcionamento da biopolítica, uma vez que é o elemento que possibilita a inteligibilidade dos processos naturais da população como um todo. A lógica que garante esse lugar de destaque para a sexualidade percebe em sua universalidade – o sexo é de todos e está em todos – um princípio unificador da população e que opera segundo leis próprias, que podem ser codificadas por conhecimentos científicos e cooptadas por dispositivos de gestão da vida em sociedade. Essa nova economia da vida, acompanhada de suas estratégias de gestão e táticas de intervenção, desenvolve-se atravessando um

novo problema que se impunha de maneira inevitável à luta burguesa pelo governo dos Estados modernos. Esse problema diz respeito a uma nova compreensão, segundo a qual passa a ser função dos governos lidar com o que se entende por população e todos seus fenômenos correlatos. A “população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho” (Foucault, 2010d, p. 31) deve ser mantida em equilíbrio e crescer na medida dos recursos de que dispõe, algo que é racionalizado de acordo com os dados que se colhem observando as taxas de “...natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e de habitat.” (Foucault, 2010d, p. 31)

A entrada da vida humana nos cálculos das práticas políticoeconômicas, ganha outra dimensão com a abertura desse novo campo de governo que nasce com a noção de população que, por sua vez, como vimos, deriva das técnicas de poder que se compõem ao redor do *dispositivo de sexualidade*. Essas técnicas estão diretamente relacionadas à produção discursiva que prolifera ao redor do tema do sexo, técnicas que teriam ficado esquecidas e vinculadas ao destino das práticas espirituais cristãs – como a confissão, os processos de exame de consciência e a economia individual dos prazeres –, se não tivessem sido investidas e reorientadas por outros mecanismos que representam essencialmente “*um ‘interesse público’*.” (Foucault, 2010d, p. 29)

É acompanhando esse interesse público dos Estados modernos emergentes que Foucault identifica, no século XVIII, o surgimento de incitações políticas, técnicas e econômicas relativas à necessidade de pensar e falar sobre o sexo. Produção que se desenrola menos sob a ótica de uma teoria geral do que a de uma análise detalhada, constituída com o auxílio de pesquisas quantitativas e causais que contabilizam, classificam e especificam cada vez com maior detalhe as questões relativas ao sexo.

“Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre lícito e ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção ...; cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga, apenas administra-se.” (Foucault, 2010d, p. 30-31)

Na esteira de seu processo de desenvolvimento o dispositivo de sexualidade se encontra e se cruza com o dispositivo médico, fato que fica bastante claro quando notamos o compartilhamento tático dessas duas instâncias de gestão da vida em sociedade. Uma só e mesma tática que se explica segundo a noção forte – e plenamente compartilhada ao redor do século XVIII –, de polícia. Polícia médica e polícia do sexo, entendidas não só por sua função repressiva, mas por seu objetivo central de “*majoração ordenada das forças coletivas e individuais...*” (Foucault, 2010d, p. 31); objetivos de regulamentação, normalização, produção de verdade sobre os campos específicos da sexualidade e da saúde pública.

Todo esse aparato policial, de grande utilidade para a consolidação dos Estados e instituições modernas, foi usado como base de sustentação para as práticas disciplinares – centradas na necessidade de otimizar as forças produtivas do corpo individual, na mesma medida em que dociliza e atenua seu potencial político –, mas também serviu de apoio ao desenvolvimento dos dispositivos que sustentam a medicina social, com seus serviços de saúde e higiene pública, levados a cabo por oficiais de uma polícia médica que, assim como a polícia do sexo, deve lidar com a produção e registro do maior número de informações referentes à população, enfim, tudo aquilo que lhe concerne enquanto um corpo coletivo vivo.

No “*centro deste problema econômico e político da população: o sexo...*” (Foucault, 2010d, p. 32). O sexo como cerne das questões da população e como ponto de inflexão do qual deve se extrair a verdade que busca responder a essas questões; o sexo como ponto de inflexão estratégico das questões que orientam e determinam aquilo que concerne aos indivíduos, assim como o que determina e diz respeito à vida da população. Nesse sentido, assim como é essencial ao funcionamento da medicina social a produção estatística e o conhecimento relativo às taxas e causas da mortalidade, os efeitos do meio urbano – de sua infraestrutura e de sua divisão “geopolítica” sobre a saúde geral da população –, é essencial ao dispositivo de sexualidade analisar as taxas de natalidade, os nascimentos legítimos e não legítimos, a idade em que a população se torna sexualmente ativa ou contrai matrimônio, as formas de tornar uma população mais ou menos fecunda, medição dos efeitos do celibato, das interdições ou das práticas contraceptivas, que como menciona Foucault, apesar de serem um tipo de “*segredo funesto*” (Foucault, 2010d, p. 32), já eram do conhecimento dos demógrafos franceses antes mesmo da Revolução.

“... é a primeira vez em que, pelo menos, de maneira constante uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamento e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo as urgências em direção natalista e antinatalista.” (Foucault, 2010d, p. 32)

O sexo é, assim, tomado de assalto por toda uma rede complexa de observação, o que se desencadeia como efeito do encontro entre a população e as políticas econômicas que se desenvolvem com o capitalismo. No ponto limite entre o biológico e econômico temos todo um campo de condutas sexuais que passam a ser cuidadosamente analisadas afim de conhecer suas determinações e efeitos possíveis sobre uma população que, enquanto tal, assume uma série de funções sociais, econômicas e políticas.

A partir do momento em que a vida entra nos interesses da economia política responsável pela “prosperidade” da sociedade burguesa, é a população que aparece como um dos problemas centrais do poder, a medida da população, a população que é a riqueza de um Estado, que é sua saúde e sua capacidade de produção. Ela se torna o principal elemento que exige das formas de governo modernas a criação de vasto conhecimento e a infinita inventividade de tecnologias e mecanismos. Exige também reaproveitamentos e deslocamentos progressivos de práticas mais antigas; reconfigurações estratégicas que buscam manter certo equilíbrio das forças sociais, de suas relações de poder, de diferenciação e individuação.

A intensa produção discursiva ao redor da sexualidade, produção que provém de um interesse de Estado e prolifera dentro de todas as suas instituições, segue duas linhas: uma diz respeito à história da formação do saber sobre o sexo e a outra aos efeitos de subjetivação que esse tipo de conhecimento opera nos indivíduos e os meios utilizados para tal.

Foucault nos indica que nos últimos séculos, a questão sobre o que somos foi

orientada, por *“uma certa corrente”* (Foucault, 2010d, p. 88) em direção ao sexo que, desta sorte, passa a se interpor entre o homem e a verdade do que ele é. Devemos levar em conta que a noção de sexo referida diz respeito mais às instâncias históricas, significativas e discursivas do sexo do que à sua dimensão propriamente biológica. Sob tais condições, toma-se a posição de que o homem ocidental moderno se colocou *“sob o signo do sexo, porém de uma lógica do sexo, mais do que de uma física... sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo”*. (Foucault, 2010d, p. 88) Nesse sentido, podemos afirmar que não só o sexo foi anexado a um campo de racionalidade, tipo de conquista que Foucault diz ser bastante corriqueira nas sociedades ocidentais e à qual aprendemos a nos acostumar desde os gregos, mas que de fato as conquistas foram mais profundas, tendo em vista que além do sexo, nós mesmos, nosso corpo, individualidade, nossa formação subjetiva e nossa história estão subsumidos a essa lógica do desejo.

“Há vários decênios, os geneticistas não concebem mais a vida como organização dotada, também, da estranha capacidade de se reproduzir; eles veem, no mecanismo da reprodução, o que introduz propriamente a dimensão do biológico: matriz não somente dos seres vivos, mas também da vida. Ora, há séculos, de modo sem dúvida bem pouco ‘científico’, os inúmeros teóricos e práticos da carne já tinham transformado o homem no filho do sexo imperioso e inteligível. O sexo razão de tudo.” (Foucault, 2010d, p. 88)

Foucault busca mostrar como a sexualidade foi produzida em meio a esse processo de racionalização do sexo e por isso não pode ser naturalizada, tida como elemento original ou mesmo um aspecto que não tenha se construído ao longo da história da humanidade. Esse conceito (Sexualidade) é o resultado histórico das relações entre poder e sexo, processo que culmina na criação de um dispositivo de sexualidade que articula essas relações inserindo-se no cerne da materialidade corporal, do sexo e dos desejos. A importância da sexualidade para a população se deve à relação de imanência que se estabelece entre ambas quando a vida sexual das pessoas entra para o campo dos cálculos e preocupações políticas.

A desnaturalização que Foucault opera ao abordar a sexualidade vai de par com a compreensão de que por meio dela se desenvolvem processos correlatos e interdependentes de assujeitamento e subjetivação, isto é, processos segundo os

quais os indivíduos se submetem às determinações de sua sociedade, e também segundo os quais se compreendem a si mesmos em contextos determinados. O efeito desses processos sobre a humanidade é o nascimento *de um* sujeito sexual que, uma vez transpassado por esse novo dispositivo, passa a ter a sua verdade mais íntima e pessoal, política e social determinada por seu sexo.

3.2. A hipótese repressiva e a representação jurídica discursiva do poder

3.2.1. Antes da repressão a incitação e produção da sexualidade

A compreensão do dispositivo de sexualidade, assim como a criação de outro recorte histórico das relações entre sexo e poder se produzem na base de um enfrentamento contra as teorias que foram capazes, nos últimos séculos, de oficializar (normalizar) seu domínio e efetivar seu exercício tanto no campo do poder e sua teorização, como no da sexualidade e sua produção. Foucault diz que:

“Trata-se portanto de, ao mesmo tempo, assumir uma outra teoria do poder, formar outra chave de interpretação histórica; e, examinar de perto todo um material histórico, avançar pouco a pouco a outra concepção do poder. Pensar ao mesmo tempo o sexo sem a lei e o poder sem o rei.” (Foucault, 2010d, p. 101)

A matriz teórica jurídico-discursiva é, portanto, um dos principais alvos de Foucault, o que se deve à sua pregnância na representação das análises políticas do poder, com raízes profundas na história do ocidente, mas também porque dessa concepção deriva a compreensão contemporânea da relação entre poder e sexo, poder e desejo. Neste sentido, o autor se posiciona tanto em relação ao domínio do que ele denomina a hipótese repressiva no campo da sexualidade, como com relação a seu domínio no campo das teorizações políticas, ambas fundamentadas no mecanismo jurídicodiscursivo e orientadas por uma compreensão economicista e repressiva do poder.

O primeiro capítulo da *História da Sexualidade* constrói sua argumentação não tanto no sentido de negar a *hipótese repressiva*, mas sim de “...recolocá-la num economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a

partir do século XVII.” (Foucault, 2010d, p. 17). Para isso, Foucault levanta algumas questões que definem os principais pontos de referência sobre os quais investe seu trabalho de reposicionamento da questão da repressão, algo que se desenrola no interior de sua analítica do poder e da genealogia das relações entre sexo e política nas sociedade capitalistas:

“Primeira dúvida: a repressão do sexo seria, mesmo, uma evidência histórica? O que se revela numa primeira abordagem – e que autoriza, por conseguinte, a colocar uma hipótese inicial – seria realmente a acentuação ou talvez a instauração, desde o século XVII, de um regime de repressão ao sexo? Questão que é propriamente histórica. Segunda dúvida: a mecânica do poder e, em particular a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essencialmente, de ordem repressiva? Interdição, censura e negação são mesmo as formas pelas quais o poder se exerce de maneira geral, talvez em qualquer sociedade e, infalivelmente, na nossa? Questão histórico-teórica. Enfim, terceira dúvida: o discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um dispositivo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o ‘repressão’? Existiria mesmo uma ruptura histórica entre a Idade da repressão e a análise crítica da repressão? Questão histórico-política.” (Foucault, 2010d, p. 17)

Partindo da forma de representação jurídicodiscursiva do poder característica da hipótese repressiva, o filósofo identifica duas tendências derivadas que, nas respectivas empreitadas investigativas acerca da relação entre poder e sexo, são entendidas por Foucault como equivalentes e provenientes de um denominador comum.

Essas tendências diferenciam seus aparatos teóricos de acordo com a maneira em que cada uma entende a natureza e a dinâmica das pulsões humanas: uma as pensa em termos de repressão dos instintos e a outra em termos de lei do desejo. Em outras palavras, uma delas concebe o desejo sob a eminente necessidade da repressão de suas forças por poderes externos, algo que supostamente teria surgido, segundo a hipótese repressiva, como meio de controle econômico e moral da burguesia sobre o sexo dos trabalhadores. A função repressiva buscaria, entre outras coisas, aniquilar e tornar ilícita essa liberdade e franqueza que ainda

reinavam no início do século XVII, momento em que

“Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos ‘pavoneavam” (Foucault, 2010d, p. 9)

A outra tendência que investiga a relação entre sexo e poder toma a lei como elemento constitutivo do desejo e assim a questão da sexualidade estaria voltada às maneiras pelas quais seria possível liberar o sexo como um ato de resistência e até mesmo revolucionário.

No entanto, se essas duas tendências se diferenciam de acordo com a natureza e dinâmica do desejo que reconhecem, o denominador comum que as aproxima provém da mesma concepção do poder, partilhada por ambas.

“Uma como a outra recorre a uma representação comum do poder que, segundo o emprego que faz dele e a posição que se lhe reconhece quanto ao desejo, leva à duas consequências opostas: seja à promessa de uma ‘liberação’, se o poder só tiver um domínio exterior sobre o desejo, seja à afirmação – se for constitutivo do próprio desejo – de que sempre já se está enredado” [pelo poder]. (Foucault, 2010d, p. 93)

Como foi afirmado por Leon Farhi Neto, o principal alvo de Foucault em *A Vontade de Saber* foram os representantes do freudo-marxismo, tais como Marcuse e Reich, que despontaram como importantes ícones dos movimentos libertários dos anos 1960 e 1970, correspondentes à primeira tendência mencionada. Mas também poder-se-ia sustentar que um alvo paralelo foi a perspectiva lacaniana, em que a constituição do desejo é indissociável da Lei e, portanto, se está sempre “enredado”.

Segundo o autor, sua argumentação se orienta superficialmente em função da desqualificação da hipótese repressiva, fazendo passar despercebida outra intenção crítica ainda mais radical; “*Crítica feita em nome da teoria do desejo.*” (Foucault, 2010d, p. 91)

Em seu estudo Neto apresenta essas duas tendências das quais estamos falando como os corolários da hipótese repressiva diante das quais Foucault se

posiciona, contestando a realidade histórica da interdição dos discursos sobre o sexo, tanto quanto a ideia de que o poder trabalha para restringir a sexualidade à sua dimensão heterossexual ancorada em alianças legítimas.

“... pode-se observar duas consequências do capitalismo, dois corolários da hipótese repressiva: a injunção moral ao silêncio sobre o sexo e a obrigação da restrição das múltiplas possibilidades de manifestação da sexualidade à forma do casal heterossexual monogâmico. Dessa relação histórica, entre capitalismo e sexualidade reprimida, a hipótese repressiva deduz o vetor da revolução, o qual conduziria ao fim do capitalismo – o sexo livre representa uma tal ameaça à ordem burguesa que, simplesmente mencioná-lo, simplesmente falar sobre sexo, constitui uma demonstração de força e rebeldia frente ao poder instituído.” (Neto, 2010, p. 86)

A argumentação que Foucault desenvolve ao redor do primeiro corolário vai na direção de mostrar a proliferação discursiva e o cuidado consciente que várias instituições, políticas públicas e práticas sociais dedicaram à produção e à codificação desses discursos. Assim como aconteceu no caso da medicina urbana, em que temos o primeiro encontro entre medicina e química – episódio de grande valor para o desenvolvimento científico da medicina –, no caso da sexualidade houve um série desses encontros, a partir dos quais entram em relação domínios discursivos heterogêneos.

O que na Idade Média havia sido organizado sob a égide de um discurso singular sobre o sexo, guiado pelo tema da carne, foi sendo fragmentado ao longo dos últimos séculos, dando lugar a essa miríade discursiva que se alastra pelo tecido social tomando forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral e na crítica política. (Foucault, 2010d, p. 40) Nesse sentido, deve-se perceber que não houve uma continuidade nos discursos que proliferam nessas diferentes áreas, mas antes uma dispersão dos focos emissores, diversificação em suas configurações e complexificação da rede que os une.

O impulso inicial que vemos surgir na Igreja, em especial após o concílio de Trento (século XVI), promove um grande aumento nas pressões confessionais sobre os fiéis, desviando a questão do ato sexual propriamente dito e abrindo todo esse novo campo de possibilidade. Sendo a carne a origem de todos os pecados, deve-se manter especial atenção a tudo o que rodeia o sexo, dos pensamentos e intenções

aos desejos mais profundos e sutis. Esse mesmo convite à fala franca em relação a tudo que pode concernir ao sexo também esteve presente na literatura, assim como deixou suas marcas na pedagogia, penetrando as instituições de ensino, todas munidas de instrumentos disciplinares que facilitavam o controle da sexualidade já em suas manifestações mais tenras.

“... o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII – e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral- um problema público. Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazendo-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos para instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo.” (Foucault, 2010d, p. 34)

Foucault segue ademais os discursos relativos ao sexo que também despontaram na medicina, tomando como base as “doenças dos nervos” (Foucault, 2010d, p. 36), que em seguida aparecerem na psiquiatria e também na justiça penal.

O sexo racionalizado é o fruto desses muitos discursos que nos fazem perceber o que Foucault denominou de “vontade de saber” que o investe a partir do século XVIII, algo bem diferente do que supõe a hipótese repressiva. Isso tudo indica uma nova necessidade pública de já não apenas julgar e moralizar o sexo, mas antes de administrá-lo. Como disse Foucault, para além de uma suposta tolerância, deve-se inserir o sexo num “sistema de utilidade” (Foucault, 2010d, p. 31) segundo o qual possa ser gerido buscando os benefícios sociais, políticos e econômicos de sua otimização. É nesse sentido que se pode compreender os motivos dos Estados modernos se empenharem tanto no governo da conduta sexual de suas populações.

Foucault refuta o segundo corolário da hipótese repressiva – restrição das manifestações sexuais a sua expressão heterossexual – estabelecendo uma conexão direta entre a proliferação discursiva ao redor do sexo e seus efeitos de multiplicação e produção de novos tipos de sexualidade, ditos perversos por se desviarem dos estreitos limites de relações heterossexuais e monogâmicas.

“É preciso abandonar a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguraram um período de repressão mais intensa ao sexo. Não somente vimos uma explosão visível das sexualidade herética mas, sobretudo – e esse é o ponto importante – a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ela assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas.” (Foucault, 2010d, p. 57)

O saber e o poder que se desenvolvem a partir da sexualidade dos indivíduos de uma população não poderiam deixar de estar integrados na visão do autor e, por isso, ele nos alerta sobre o equívoco em que se incorre ao pensar na proliferação de discursos sobre o sexo como um acontecimento aleatório, sem levar em conta o que os incita e produz.

O sexo posto em discurso não tem a pretensa finalidade de banir do real suas manifestações desviantes e desvinculadas da economia reprodutiva. Por isso, o autor afirma que resulta desse processo a multiplicação de condenações jurídicas devido a perversões menores, anexação desses desvios ao campo das doenças mentais, enfim:

“da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno às mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação.” (Foucault, 2010d, p. 43)

A sexualidade passa a estar em todo lugar, em todas as relações, escondida e sob a constante demanda de ser revelada. Longe de se restringir ao âmbito da monogamia heterossexual, a sexualidade nas sociedades capitalistas se multiplica em função de novos estímulos que promovem a *saturação sexual* da família, da escola, da saúde e da própria vida. Esses estímulos transformam essas instâncias em palco da produção e manifestação das sexualidades anormais, fazendo das relações sociais que as acompanham – e se estabelecem entre familiares, entre estudantes, entre profissionais, professores e alunos, médicos e pacientes – alvo de

constante desconfiança.

Como um insidioso mal social as perversões passam a representar um risco de degeneração para indivíduos e populações. A ameaça sexual diz respeito a todo comportamento que foge do que se considera normal na vida sexual de uma pessoa. Esses comportamentos assumem o caráter de *contranatureza* e ganham representação nas *sexualidades periféricas* e em seus personagens pedófilos, zoófilos, necrófilos, arbófilos, homossexuais e assim por diante.

Mesmo que bem definidos e catalogados, esses desvios não têm lugar específico nos grupos sociais. Ainda assim a suspeita generalizada que os rodeia gera a demanda de atenção e observação contínuas em função do risco social que apresentam. Como nos mostra Foucault, longe de buscar excluí-las, o dispositivo de sexualidade faz que as sexualidades periféricas se espalhem por todo o tecido social, ao mesmo tempo que encontra nos desvios do comportamento sexual a resistência necessária para se desenvolver e aprofundar um conhecimento, penetrando nos corpos e conduzindo os comportamentos de indivíduos e populações. Nesse sentido entendemos a importância do *efeito-instrumento* que o autor atribui à disseminação das sexualidades aberrantes. Sua intensificação, disseminação e isolamento fazem que as relações entre prazer e poder possam se refinar e capilarizar.

“A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo” (Foucault, 2010d, p. 51)

A importância estratégica do domínio da sexualidade para a conformação das relações de poder das sociedades contemporâneas, acompanhadas da vasta produção de saberes correlatos ao amplo domínio de exercício do dispositivo de sexualidade, torna-se notável quando se abandona a visão que reduz o sexo a uma potência humana naturalmente indócil e de tal forma alheia a essas relações que, por isso mesmo, deve ser dominada, reprimida e sancionada. Foucault busca deixar

para trás a teorização de um poder que parece precário para dar conta da multiplicidade de relações, e o cálculo de potencialidades econômicas, políticas, sociais, culturais e biológicas que emergem do denso emaranhando de relações dos homens com seu sexo no interior das sociedades modernas.

A ausência de uma estratégia única e global, com validade e aplicação sobre as diferentes manifestações do sexo, é o que dá testemunho e notoriedade aos inúmeros meios levados a cabo por políticas sexuais voltadas às diferentes classes sociais, idades e sexos. Algo que, como veremos, está bastante distante de uma atuação puramente repressiva do poder, como desajeitada e improvável tentativa de reduzir essa variedade de manifestações do sexo à sua função reprodutiva, circunscrita a relações heterossexuais entre adultos que contraem matrimônio legitimamente.

Diante disso, Foucault lança mão de uma análise que destaca quatro conjuntos estratégicos desenvolvidos a partir do século XVIII, que têm como resultados a criação de dispositivos específicos de exercício de poder e produção de saberes voltados a domínios distintos que esquadrinham, investem e investigam a natureza sexual dos homens, afim de criar e sustentar a própria realidade humana que se objetifica em meio a esses processos.

Temos, como primeiro domínio descrito em sua autonomia, a *Histerização do corpo da mulher*. Neste caso trata-se de um processo a partir do qual o corpo feminino é analisado segundo três máximas. A ideia de que está saturado de sexualidade, a de que deve ser integrado ao campo das práticas médicas em função de uma naturalizada patologia da concupiscência. Por fim, todas as responsabilidades que pairam sobre a mulher e que, por meio de sua medicalização, se estabelecem como seu vínculo orgânico com o corpo social. Essas responsabilidades posicionam a mulher como uma espécie de mantenedora do corpo social “*cuja fecundidade regulada deve assegurar...*” (Foucault, 2010d, p. 115), no interior do espaço familiar “*do qual deve ser elemento substancial e funcional...*” (Foucault, 2010d, p. 115), e no cuidado com as crianças “*que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação.*” (Foucault, 2010d, p. 115)

O segundo desses domínios diz respeito à *pedagogização do sexo da criança*. Nesse caso a preocupação está direcionada a práticas sexuais que permeiam a infância, podendo produzir riscos morais e físicos, tanto para a saúde dos indivíduos

como da população. O resultado disso é o pesado cuidado que os familiares, educadores, médicos e, posteriormente, os psicólogos dedicam para observar e reconduzir essas atividades potencialmente perigosas: “... *as crianças são definidas como seres sexuais ‘liminares’, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação...*” (Foucault, 2010d, p. 115)

O terceiro domínio, descrito por Foucault, nos conduz à *socialização das condutas procriadoras* que, por sua vez, toma a cargo a socialização econômica imposta aos casais visando incitar ou frear sua fecundidade, a socialização política da responsabilidade dos casais diante do grupo social do qual fazem parte e a socialização médica do controle de natalidade.

Por fim, temos a *psiquiatrização dos prazeres perversos*. A criação desse domínio de intervenção é devida a um processo que isola o instinto sexual como um instinto biológico e psíquico autônomo. As conformações anormais desse instinto foram clinicamente analisadas e as condutas desviantes normalizadas e patologizadas até o ponto de se tornarem um estigma social. Os comportamentos sexuais considerados inaceitáveis são vistos como causadores de problemas degenerativos para a sociedade como um todo, delineando, por efeito, um campo de condutas anômalas que devem ser corrigidas.

Esses domínios que viemos descrevendo vêm acompanhados por figuras sociais que se criam a seu redor como pontos de fixação e objetos privilegiados que estimulam a produção de saber – “...*a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso...*” (Foucault, 2010d, p. 116) –, indicam que nessas estratégias o objetivo primeiro é a própria produção da sexualidade a qual, como diz Foucault:

“... é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Foucault, 2010d, p. 116-117)

Foucault não deixa de retomar a questão do economismo nas dinâmicas que se estabelecem entre poder e prazer. Como já mencionamos, ele busca desconstruir

a hipótese que funda as relações de poder na economia, e no caso da analítica da sexualidade, não poderia ser diferente. Uma vez mais vemos o autor fazendo da economia um elemento muito importante das relações de poder, mas não seu fundamento.

O dispositivo de sexualidade assim como o dispositivo médico são permeados por relações econômicas que funcionam como elemento aglutinador, que proporcionam uma espécie de contorno e operacionalidade às relações de poder, ainda que elas não tenham função infraestrutural ou se estabeleçam como finalidade primeira destes dispositivos.

“Proliferação das sexualidades por extensão do poder; majoração do poder ao qual cada uma dessas sexualidades regionais dá campo de intervenção: essa conexão, sobretudo, a partir do século XIX é garantida e relançada pelos inumeráveis lucros econômicos que, por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição e da pornografia vincularam-se ao mesmo tempo a essa concentração analítica do prazer e a essa majoração do poder que o controla.” (Foucault, 2010d, p. 56)

Leon Farhi Neto nos recorda, neste ponto, que o poder psiquiátrico também encontra nas perversidades do desejo sua ponte de acesso ao tecido social. O desejo isolado como fator de análise e incidência de riscos sociais passa a ser identificado diretamente, a partir do século XIX, como princípio de todas as doenças mentais e desvios de comportamento. Os prazeres perversos abrem um novo campo de intervenções para a psiquiatria, seja no âmbito jurídico seja no âmbito familiar. A fragilidade da natureza dos desejos, sua precocidade e fácil desvio dos estreitos limites das relações heterossexuais, representam a fonte desses riscos que devem de alguma maneira ser contornados. Algo que fica bem claro na teoria da degenerescência, na qual hereditariedade e instinto sexual se apresentam como noções articuladas. A primeira operando como fonte de doenças fisiológicas e psíquicas capazes de perverter os instintos sexuais, e a segunda como fonte de perversões que incidem diretamente na qualidade da descendência.

“... a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de ‘responsabilidade

biológica' com relação à espécie; não somente o sexo poderia ser afetado por suas próprias doenças mas, se não fosse controlado poderia transmitir doenças ou crias para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie" (Foucault, 2010d, p. 129)

3.2.2. O poder jurídico discursivo nas bases da visão repressiva do poder

Depois de traçadas as duas linhas argumentativas com as quais Foucault confronta a hipótese repressiva – incitação e proliferação discursiva ao redor do sexo e implantação no tecido social das sexualidades aberrantes e pervertidas – podemos nos encaminhar para uma descrição da visão jurídicodiscursiva do poder e sua relação de fundamentação da hipótese repressiva. Dessa forma, faz-se necessário seguir os traços principais que definem a visão da representação jurídicodiscursiva diante do sexo para, em seguida, compreender o motivo de sua efetividade e aceitação, e assim nos encaminharmos em direção a essa outra concepção de poder defendida por Foucault.

São cinco os traços principais descritos em *A Vontade de saber*, que nos oferecem uma visão da relação entre poder e sexo na perspectiva jurídicodiscursiva, algo que, por sua vez, não deve ser visto como exclusividade dessa relação. As raízes dessa perspectiva estão vinculadas a análises policiais do poder que vêm acompanhando há bastante tempo a história do Ocidente. Os cinco traços mencionados são apresentados da seguinte maneira por Edgardo Castro:

"1) A relação negativa: A única coisa que o poder pode fazer diante do sexo é dizer-lhe não. 2) A instância da regra: O poder dita ao sexo sua lei segundo o regime binário do lícito-ilícito, permitido-proibido. 3) O ciclo da interdição: Não aproximar-se, não tocar, não consumir, não provar o prazer. O objetivo do poder é que o sexo renuncie a si mesmo; seu instrumento é a ameaça de castigo. 4) A lógica da censura: afirmar que algo não é permitido, impedir que se fale a respeito e negar sua existência. 5) A unidade do dispositivo: O poder sobre o sexo se exerce da mesma maneira em todos os níveis." (Castro, 2011, p. 368)

A visão mais geral de poder que subjaz a essas grandes linhas – que em boa medida delineiam os fundamentos da *hipótese repressiva* –, é a de um poder

improdutivo, capaz unicamente de reagir de forma negativa diante das ameaças que põem em risco seu estado de coisas, tais como a loucura, o desejo, a sexualidade, ou mesmo a delinquência. Além disso, percebemos que essa concepção de poder está fundada em leis oriundas de um sistema que é essencialmente binário (positivo-negativo, legal-ilegal, normal-anormal, verdadeiro-falso, etc...), e que ao mesmo tempo em que organiza e prescreve uma ordem de funcionamento para a realidade na qual intervém, serve como sua forma de inteligibilidade.

Foucault ainda diz que o domínio do poder em relação ao sexo (no contexto da *hipótese repressiva*) se daria por meio da linguagem ou, mais especificamente, por meio de um ato discursivo (ato de fala) que ao se enunciar produz um “estado de direito” (Foucault, 2010d, p. 94). Reencontramo-nos com as operações de um poder juridicodiscursivo que, em sua interdição, busca fazer que seus objetos de investimento desistam de si mesmos, que o desejo se anule por efeito de ameaças punitivas. Em suma, é como se “o poder” dissesse com uma voz mais baixa do que nossa capacidade de distinguir e, ainda assim, na frequência infalivelmente perceptível de uma palavra de ordem:

“Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não apareças se não queres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação.” (Foucault, 2010d, p. 94)

As três formas assumidas pela interdição, a saber, “*afirmar que não existe, impedir que se diga, negar que exista*”, parecem ser de difícil conjugação, a menos que se imagine um mecanismo de censura capaz de uni-las em um jogo de referências recíprocas que opera segundo uma lógica em cadeia e compõe o “... *inexistente, o ilícito e o informulável...*” de forma que se apresentem, a um só tempo, como causa e efeito uns dos outros.

As regras desse jogo provavelmente diriam o seguinte: daquilo que está interditado não se deve falar até que sua existência seja borrada do real; o que não existe não tem direito nenhuma a manifestações, mesmo que provenham da mesma palavra que ordena sua inexistência; aquilo que deve ser calado encontra-se exilado do real como interdito por excelência. “*A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação, e de mutismo*” (Foucault, 2010d, p. 94-95)

O poder sobre o sexo nesse horizonte teórico se exerceria de maneira equipolente em todos seus níveis de atuação e, de suas decisões globais às intervenções capilares, existiria uma práxis uniforme que é independente até mesmo das instituições e aparelhos que lhe servem de apoio para suas intervenções. Seu funcionamento estaria atrelado à engrenagem simples e infinitamente reproduzível da *“lei, da interdição e da censura...”* (Foucault, 2010d, p. 95), o que nos indica que haveria, portanto, uma forma geral do poder cuja representação pode ser identificada ao direito e seu jogo dicotômico de oposições entre o lícito e ilícito, a transgressão e o castigo.

Do Estado à família, da figura do rei à do pai, passando pelo tribunal ou pelas mais cotidianas formas de punição, assim como passa das instâncias de controle e dominação social às estruturas que constituem o próprio sujeito, uma forma geral de poder jurídico, em que a lei que se impõe aos sujeitos abre como única possibilidade de subjetivação a sujeição obediente à lei.

“À homogeneidade formal do poder, ao longo dessas instâncias, corresponderia, naquele que o poder coage – quer se trate do súdito ante o monarca, do cidadão ante o Estado, da criança ante os pais, do discípulo ante o mestre – a forma geral da submissão. Poder legislador, de um lado, e sujeito obediente de outro.” (Foucault, 2010d, p. 95)

Essa mecânica do poder é o que une as duas principais linhas de pensamento que levantam a questão da relação entre sexo e poder na história da sexualidade ocidental. Seja na linha que entende essa relação em termos de repressão seja sob a ideia de que a lei é constitutiva do desejo, tanto numa como na outra temos uma só e mesma teorização do poder que cinicamente traz consigo características bastante limitativas, meios restritos de intervenção e finalidades improváveis de serem atingidas.

Esse olhar permite ao autor desconfiar que exista algo como um disfarce, formas de dissimulação que encobrem artimanhas e engenhos mil vezes mais perversos e incisivos do que uma simples ação repressiva do poder diante daquilo que é considerado a própria matriz da vida: o sexo. Teríamos com isso uma concepção que não só é *“...pobre em seus recursos, econômica em seus procedimentos, monótonos nas táticas que utiliza, incapaz de inovação e como que*

condenado a se repetir sempre...” (Foucault, 2010d, p. 96), mas também que é essencialmente incapaz de qualquer produção, uma vez que atua apenas na interposição de limites diante das manifestações desviantes do desejo e do comportamento sexual dos homens. Existe, portanto, uma paradoxal eficácia nessa forma de poder que nada pode além de conduzir os que assujeita a não fazer justamente aquilo que lhes é permitido. Seria mesmo estranho imaginar uma tal forma de poder capaz de se exercer sobre múltiplas dimensões unicamente mediante de obediência e sujeição impostas aos indivíduos por meio da lei, de sua enunciação e sanção.

O estranhamento que Foucault pretende elucidar é direcionado justamente à fácil aceitação que se tem dessa noção jurídica do poder, noção que põe a perder qualquer compreensão sobre a eficácia produtiva, a riqueza estratégica e a positividade das práticas políticas de uma sociedade como a nossa, tão ricamente ocupada por múltiplos aparelhos de poder. Enfim, estranhamento diante de uma das sociedades mais inventivas que já existiu no tocante à produção de mecanismos sutis e ardilosos que servem ao exercício do poder, mas que insiste obstinadamente, ao longo de sua história, em reduzir essa magnífica e singular produção à *“forma negativa e desencarnada da interdição”* (Foucault, 2010d, p. 96)

As razões que parecem motivar essa estranha aceitação remontam tanto à história da Idade Média, quanto à razões táticas identificadas por Foucault. Nesse sentido, percebe-se que o poder é tolerável por aqueles a quem se impõe, na mesma medida em que é capaz de dissimular partes importantes de seu funcionamento e objetivos no interior de seus mecanismos tão variados. O segredo, longe de ser um abuso do poder, apresenta-se, antes, como fator tático indispensável ao seu funcionamento e aceitação social. *“O poder como puro limite traçado à liberdade; pelo menos em nossa sociedade, é a forma geral de sua aceitabilidade”* (Foucault, 2010d, p. 97)

A razão histórica deita raízes na função integradora que o campo jurídico teve na formação das grandes instituições surgidas na Idade Média, circunscritas à monarquia, ao Estado e seus aparelhos. O pano de fundo do surgimento dessas instituições não é linear, organizado e progressivo. O que as impulsiona e dá força provém de um emaranhado de poderes preexistentes, cuja coexistência conflituosa e densamente intrincada torna-se possível por meio de alianças táticas e estratégicas, pontuais e de conjunto, segundo as quais essas instituições se

apresentam como instâncias reguladoras que organizam, dividem, legislam e impõem limites hierárquicos que diminuem as tensões entre esses poderes na medida em que os distribui pelo tecido social. Nesse sentido, o princípio do direito é o denominador comum que consegue compor essa série de poderes difusos com base na *“tripla característica de se constituir como conjunto unitário, de identificar sua vontade com a lei, e de se exercerem por meio dos mecanismos de interdição e sanção”* (Foucault, 2010d, p. 97).

Por mais que houvesse coisas mais importantes em jogo no desenvolvimento dessas instituições do que a implementação de um modelo jurídico regulamentador e mediador das relações de poder, foi sua linguagem que ofereceu o esquema de representação dessa formação histórica do poder sobre ela mesma, representação que remonta à teoria do direito público nascida na Idade Média como reformulação do direito romano.

Uma vez que tenhamos identificado bem esse modelo, junto com suas intervenções nas questões políticas do sexo, podemos entender que tomá-lo como ponto de partida para pensar o poder é partir de um topos bastante específico, restrito aos efeitos da produção e atuação da monarquia jurídica europeia. Dar um passo adiante na compreensão de como as sociedades contemporâneas funcionam, em direção às atualizações ocorridas nos mecanismos de poder ao longo dos últimos quatro ou cinco séculos, ao menos, requer o reconhecimento da transitoriedade de aparatos teóricos antigos, insuficientes para dar conta das inovações tecnológicas de uma verdadeira ciência do sexo, operando em relação de suposição recíproca com um potente dispositivo de sexualidade, ambos capazes de penetrar em instituições de importância estratégica, tais como a família, escola e a medicina do corpo e da alma, por assim dizer.

“O essencial é bem isso: que o homem ocidental tenha há três séculos permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre o seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desses discursos, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação do próprio desejo. Não só foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo e foram obrigados os homens a entender dele cada vez mais; mas, sobretudo, focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo

completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constitui-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia.” (Foucault, 2010d, p. 29)

Mesmo que boa parte do regime jurídico de nossos tempos tenha sido herdado da Idade Média, sua estruturação contemporânea passe por críticas. A primeira delas aparece no século XVII e indicam a necessidade da criação de um sistema jurídico puro, livre de suas relações donosas com as instituições monárquicas. Mais tarde no século XIX, uma crítica mais radical se desenvolve, apontando o uso perverso que a monarquia fez do instrumento jurídico para justificar a aplicação da violência regulamentada como meio de dominação social; um poder real que era ele mesmo abusivo e alheio à suas próprias leis. Ainda assim, o postulado dessas críticas recai no mesmo campo jurídico, reformulando-o internamente, mas sempre de forma a mantê-lo como matriz das reflexões políticas sobre o funcionamento do poder.

Vemos com isso que o interesse do autor é ir além e apresentar não só um novo olhar sobre a sexualidade ocidental, burguesa e capitalista, mas também contribuir com sua própria visão de poder que, mesmo não sendo passível de sistematização devido à sua fragmentação constitutiva, pode ser apresentada seguindo as indicações que aqui e ali ele vai tecendo. Algo que fica bem claro nos últimos capítulos da *A Vontade de Saber*, onde são apresentadas características de suma importância da analítica do poder.

3.3. Dispositivos

Em entrevista de 1977 Foucault nos oferece uma clara definição do que seriam os dispositivos de poder aos quais ele se refere quando trata do encontro entre as práticas políticas contemporâneas e os campos da sexualidade, da medicina, da raça e da segurança. Na primeira parte da definição Foucault diz que um dispositivo é

“um conjunto decididamente heterogêneo, comportando discursos, instituições,

arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim, do dito, tanto quanto do não dito” (Foucault, 1977, p. 299)

O autor explicita que um dispositivo consiste na “ natureza do elo que pode existir entre esses elementos heterogêneos” (Foucault, 1977, p. 299), e que é um tipo de “formação, que num dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem, então, uma função estratégica dominante.” (Foucault, 1977, p. 299)

Essa definição nos mostra que os dispositivos são compostos por elementos heterogêneos, discursos e práticas que permeiam as instituições e operam por meio delas ou fora delas. Não devemos, contudo, visualizar um bloco maciço e acabado em que esses elementos encontram um lugar determinado. Longe de um todo harmônico, os dispositivos se constituem na base dos conflitos, das diferenças de potencial, das disputas discursivas e variações táticas, são uma espécie de elo flexível capaz de criar uma conexão imanente a toda a diferença que são capazes de reunir e gerir. Há, portanto, um teor espontâneo ou uma espécie de *intencionalidade não subjetiva*, nos processos de formação dos dispositivos, quase como se fossem uma resposta ocasional a determinado problema histórico, enfrentado no interior do jogo de forças das relações de poder.

Segundo essa perspectiva a gênese do dispositivo de sexualidade não comporta nenhum plano geral preexistente à sua formação histórica e estabelecido como mecanismo de poder. A emergência desse dispositivo não resulta de um programa de estratégias definidas para evitar o desperdício das forças vitais e de trabalho do proletariado, mantendo sua sexualidade atrelada unicamente à função de reproduzir a mão de obra. Para o autor a demanda histórica que faz nascer o dispositivo de sexualidade refere-se a uma necessidade de autoafirmação da burguesia, que procurava impor-se como classe dominante no século XVIII.

O dispositivo de sexualidade surge como efeito da busca burguesa por práticas que permitissem sua diferenciação diante das outras classes e, por isso, foi sobre ela mesma que incidiram essas práticas em primeiro lugar. Os mecanismos de sexualização encontram na família, na infância e na saúde física e mental da burguesia seu laboratório de desenvolvimento e são as crianças sexualmente precoces, as mulheres que adoecem dos nervos, ou os perversos os primeiros a

experimentar as técnicas médicas e terapêuticas que surgem com o dispositivo de sexualidade.

“Parece, justamente, não se tratar, aqui, de uma ascetismo e, em todo caso, de uma renúncia do prazer ou de uma desqualificação da carne; ao contrário, de uma intensificação do corpo, de uma problematização da saúde e de suas condições de funcionamento; trata-se de novas técnicas para maximizar a vida. Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que ‘dominavam’. Foi nelas que se estabeleceu, em primeira instância, o dispositivo de sexualidade como nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes. Deve-se suspeitar, neste caso, de autoafirmação de uma classe e não de sujeição de outra: uma defesa, uma proteção, um reforço, uma exaltação, que mais tarde foram estendidas – à custa de diferentes transformações - aos outros como meio de controle econômico e de sujeição política... é um agenciamento político da vida, que se constitui, não através da submissão de outrem, mas numa afirmação de si.” (Foucault, 2010d, p. 134)

A problematização da sexualidade proletária foi um processo subsequente que despontou no século XIX, quando já estavam disponíveis tecnologias, tanto no campo das disciplinas com suas escolas, fábricas, prisões e hospitais, como no campo da biopolítica, com seus programas de higiene pública, de medicalização da sociedade e de segurança. À medida que essas tecnologias ganham dimensões institucionais e estatais e se consolidam os aparelhos técnicos e administrativos, pode-se atribuir a sexualidade às classes exploradas, evitando os riscos de que a sexualidade fosse usada, como o fez a burguesia, para sua própria afirmação. A sexualização do proletário acontece sob a lógica do assujeitamento, da reafirmação das classes dominantes e também sob a demanda de problemas sociais reais, dos quais Foucault ressalta a descoberta de que os métodos contraceptivos eram de conhecimento das camadas mais pobres da sociedade e não apenas dos devassos, assim como nos fala da descoberta da família como instrumento privilegiado de sujeição política do proletariado, e do tipo de controle *judiciário e médico das perversões* que aparece no final do século XIX.

Como diz Foucault, para que a classe proletária passasse a ser dotada de um

corpo e de sexualidade e que sua saúde e reprodutibilidade se apresentassem como questões, foram necessários conflitos especificamente relacionados às questões do meio urbano, “*coabitação, proximidade, contaminação, epidemias...*” (Foucault, 2010d, p. 138). Além disso, foram necessárias demandas econômicas relacionadas ao desenvolvimento da indústria pesada e de contingentes populacionais estáveis e qualificados para as novas formas de trabalho que emergem no capitalismo, o que resulta na necessidade de controle dos fluxos de pessoas e de regulações demográficas.

Enquanto o processo de constituição da sexualidade proletária ainda não encontrava um lugar definido nas novas tecnologias de poder que se desenvolviam sobre o sexo no século XVIII, essa classe se enquadrava no dispositivo de aliança. Esse dispositivo, articulado sobre as relações sexuais e a reprodução, é responsável pela definição das leis de parentesco, de descendência, transferência de nomes e bens, assim como pela configuração de um sistema de alianças jurídicas, no qual estão vedadas as uniões consanguíneas, o incesto e o adultério.

O crescimento da população urbana de trabalhadores no início do século XIX é acompanhado de uma retração dos suportes econômicos, políticos, religiosos e sociais que mantinham a operacionalidade do dispositivo de aliança. Esse foi um momento em que o casamento, temporariamente, perdeu força como instituição, dando lugar a uniões livres, algo que, até o século XVIII, Foucault constata acontecer muito pouco entre o nascente proletariado. Surge a necessidade de flexibilizar as relações entre casais, uma vez que os trabalhadores se encontravam em uma situação indefinida e flutuante na busca por empregos, estando sujeitos a todo tipo de variações, inclusive as de um de trabalho que também era precário.

Na sequência desse momento apresenta-se um movimento inverso, impulsionado pela criação da indústria pesada, valorização da mão-de-obra e necessidade de controle e gestão dessas populações móveis. O que o poder passa a buscar não é mais a flexibilidade nas relações de uma população movente que era preciso manter, mas sim a fixação dessas populações nas proximidades dos lugares de trabalho, a contenção de sua mobilidade e potencial de revolta política.

Foucault identifica esse retorno do dispositivo de aliança por meio de campanhas, políticas públicas e incrementos econômicos que passaram a ser oferecidos exclusivamente para as famílias legítimas. Ao mesmo tempo em que Foucault observa esse reforço ao dispositivo de aliança, percebe que outras

campanhas paralelas desenvolvem-se ao redor das famílias de trabalhadores, mantendo sua sexualidade de sobreaviso e sob permanente vigilância, em especial devido aos riscos de relações consanguíneas e incestuosas. A suspeita de perversões foi parte importante do processo de criação da sexualidade proletária e, concomitantemente ao incentivo às alianças oficiais, a questão do incesto permitiu que se criassem esquemas de controle policial de grande importância para a popularização e difusão do mecanismo de sexualidade – já como instrumento de sujeição política – por todo o corpo social.

Aparentemente o surgimento do dispositivo de sexualidade teria descartado outro dispositivo, o de aliança, cuja existência respondeu à demanda de criar sistemas de matrimônio, meios para fixar e desenvolver as estruturas de parentesco e de transmissão de nomes e bens.

As mudanças nas estruturas políticas e nos processos econômicos fizeram que o *dispositivo de aliança* deixasse, aos poucos, de ser o melhor instrumento de suporte para a implementação dessas mudanças. Ainda assim, como veremos, é a partir desse mesmo dispositivo que a sexualidade ganha espaço e encontra seu suporte de ação. Por isso, não seria certo dizer que um deles suplantou ao outro, sem considerar como a sexualidade pôde se insinuar no domínio das alianças oficiais, leis e políticas públicas que definem o que poderíamos chamar de economia familiar, ou mesmo como essa economia da vida ganhou novos sentidos e profundidade valendo-se do uso das tecnologias e discursos científicos, literários, morais, psicológicos e pedagógicos que proliferaram em torno da sexualidade.

É importante compreender a diferença entre esses dois dispositivos, até para entender como foi possível a integração entre eles e em que cada um pôde contribuir para as estratégias de uso político das potências imanentes ao domínio da sexualidade. A distinção entre eles é feita, por Foucault, termo a termo em torno das diferentes formas segundo as quais cada uma articula e trabalha as parcerias e uniões sexuais.

Na qualidade de dispositivo de aliança se constrói valendo-se de regras binárias que definem o permitido e o proibido, o dispositivo de sexualidade opera valendo-se de técnicas móveis e mutantes, cuja a multiplicidade de formas possíveis varia de acordo com a situação conjuntural das relações de poder. No primeiro caso, busca-se como objetivo privilegiado reproduzir uma trama de relações previamente conformadas para que assim a lei que as rege seja mantida; já no segundo, o

objetivo é engendrar uma extensão constante dos domínios e das formas de controle. O dispositivo de aliança encontra seu ponto de intervenção na união entre parceiros com *status* definido, enquanto o de sexualidade visa, antes de mais nada, o funcionamento dos corpos e suas sensações, desejos; qualidades dos prazeres naquilo que possuem de mais sutis e particulares.

“ se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome. Numa palavra, o dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí seu vínculo privilegiado com o direito; daí, também, o fato de o momento decisivo, para ele, ser a ‘reprodução’. O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.” (Foucault, 2010d, p. 118)

Disso podemos filtrar uma série de ideias, que Foucault apresenta em forma de proposições contrárias às que estão pressupostas na *hipótese repressiva*: a sexualidade emerge sob um vínculo inalienável com dispositivos de poder recentes; sua expansão exponencial começa a partir do século XVII; a articulação e os processos que a sustentam não giram ao redor da reprodução, uma vez que essa mesma articulação esteve, desde sua origem, vinculada a uma crescente necessidade de intensificar o corpo, de criar seus vínculos e valorizá-lo como objeto de conhecimento, elemento aglutinador e ponto de intervenção a ser considerado nas relações de poder.

O movimento oposto a essa diferenciação qualitativa dos dois dispositivos deve, sem dúvida, dar lugar a outro, que os aproxima segundo uma linhagem histórica interessante, e que termina por concluir que a família foi e continuou sendo o ponto comum de incidência e de permuta entre esses dispositivos. Foucault diz que “... *foi em torno e a partir do dispositivo de aliança que o de sexualidade se instalou.*” (Foucault, 2010d, p. 118) , para ilustrar essa posição relata que desde a época das práticas penitenciais, que foram seguidas pelo exame de consciência e pela direção espiritual, houve um reposicionamento da forma como se colocava em

questão o que era de primeiro interesse ao *tribunal da penitência*. O que ocorreu foi que antes a questão era colocada em termos que entendiam o sexo como suporte das relações, de onde se torna possível avaliar os comércios e trocas permitidas ou proibidas entre casais. Com o surgimento da nova pastoral, sendo aplicada em colégios, seminários e conventos, essa questão foi abandonando a chave de leitura oferecida pelas relações e migrou para o problema da “carne” (Foucault, 2010d, p. 119), do corpo com seus desejos, prazeres de qualidades distintas e variáveis que se imiscuem entre as sutilezas da concupiscência.

Com isso, Foucault busca mostrar a sexualidade “nascendo de uma técnica de poder que, originalmente, estivera centrada na aliança” (Foucault, 2010d, p. 119). Esses domínios – das alianças e da sexualidade – se cruzam e fazem da família o ponto de encontro entre os dois dispositivos. A família, nesse caso, não é só uma estrutura social garantida por leis e intensificada por políticas públicas, mas também o epicentro de saturação sexual e suporte permanente de fixação e distribuição da sexualidade em toda sociedade.

“Ela garante a produção de uma sexualidade não homogênea aos privilégios da aliança, permitindo, ao mesmo tempo, que os sistemas de alianças sejam atravessados por toda uma nova tática de poder que até então eles ignoravam. A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime de aliança” (Foucault, 2010d, p. 119)

A sexualidade da família, nascida da necessidade burguesa de diferenciação e afirmação de classe, encontra sua expansão para o restante da sociedade ao longo do século XIX. Esse processo de generalização do dispositivo de sexualidade, de maneira nenhuma apagou as marcas de racismo, de distinção social e de diferenciação nas formas de ação desse poder. Como diz Foucault, uma das formas mais fundamentais de consciência de uma classe se dá pela afirmação do corpo, e para isso a burguesia converteu “o sangue azul dos nobres em um corpo são e uma sexualidade sadia” (Foucault, 2010d, p. 139), algo que nos explica o processo tardio de generalização do dispositivo de sexualidade.

Podemos destacar a questão do incesto e a psicanálise como dois fatores de muita importância tanto para generalização da sexualidade por todo o corpo social,

como para a formação da família em sua configuração moderna e para a manutenção das sexualidades de classe. A questão do incesto se coloca devido à necessidade de diminuir a família para que ela se restrinja à sua forma nuclear e mantenha próximos pais e filhos, eliminando todos os perigos degenerativos que possam provir daqueles que entrem como intermediários nessa relação. A família afetiva é um tipo diferente da grande família, que se organizava a partir do dispositivo de alianças e era tão extensa quanto fossem os vínculos consanguíneos existentes. Essa nova organização familiar, satura suas relações de sexualidade e faz de seus componentes – pais, mães e filhos –, orientados por conselhos médicos, psiquiátricos, pedagógicos e morais, os principais eixos de operacionalidade do dispositivo de sexualidade.

“Numa sociedade como a nossa, onde a família é o foco mais ativo da sexualidade e onde são, sem dúvida, as exigências dessa última que mantêm e prolongam sua existência, o incesto, por motivos inteiramente diferentes, e de modo inteiramente diverso, ocupa um lugar central; é continuamente solicitado e recusado, objeto de obsessão e apelo, mistério temido e segredo indispensável. Aparece como interdito na família, na medida em que representa o dispositivo de aliança; mas é, também, algo continuamente requerido para que a família seja realmente um foco permanente de incitação à sexualidade.” (Foucault, 2010d, p. 120)

A psicanálise entra nesse processo tanto para auxiliar na proximidade entre o dispositivo de sexualidade e o de aliança, como para manter a sexualidade de classes e a supremacia burguesa nesse campo. Foi de grande importância para remediar a preocupação de nossa sociedade em relação às novas tecnologias do sexo e de poder que se desenvolviam a partir do século XVIII ao largo dos sistemas jurídicos e a ele precisavam integrar-se sob a forma do direito.

No princípio, diz Foucault, a psicanálise levantou certo número de suspeitas, sobretudo porque questionava as relações familiares na análise da sexualidade fora de seu campo de controle e fora do domínio médico-psiquiátrico associado ao modelo neurológico. Ainda assim, mesmo que as técnicas utilizadas pela psicanálise façam a confissão da sexualidade aparecer *fora da soberania familiar*, existe sempre um lastro de fixação dessa mesma sexualidade na eminência contida do incesto, ou seja, da lei básica da aliança. A partir dessa conexão a sexualidade deixava de ser

estranha ao regime da lei, uma vez que “ela só se constituía pela lei” (Foucault, 2010d, p. 124)

Após enfrentar alguma resistência a psicanálise passa a ser altamente consumida pela burguesia e desempenha um importante papel no processo de diferenciação das sexualidades de classe, quando o dispositivo de sexualidade já se encontra difundido por todas camadas da sociedade. Para Foucault esse é um importante ponto de inserção da psicanálise, que não só apresenta uma teoria “da mútua implicação essencial entre a lei e o desejo” (Foucault, 2010d, p. 141), mas também se apresenta como técnica terapêutica que busca aliviar os efeitos *patogênicos* da interdição do desejo, que já nasce lei. Nesse sentido, a psicanálise é indissociável da formação do dispositivo de sexualidade, de sua generalização e dos “mecanismos secundários de diferenciação que nele se produziram” (Foucault, 2010d, p. 141). Se num primeiro momento (século XVIII) a diferença da sexualidade burguesa se fazia valer em reverência à saúde de sua sexualidade, o que passa a valer, em seguida, é o nível de sua repressão.

Foucault termina por concluir que a psicanálise abre a possibilidade de deslocamentos táticos importantes. Seu trabalho de reinterpretação do dispositivo de sexualidade, pautado pela visão repressora do poder e recobrando-o com uma suposta interdição generalizada, vincula essa repressão a mecanismos de dominação e exploração para os quais, ela mesma, se apresenta como chave de compreensão e técnica de liberação.

“Assim, se formou, entre as duas guerra mundiais e em torno a Reich, a crítica histórico-política da repressão sexual. O valor desta crítica e seus efeitos na realidade foram consideráveis. Mas a própria possibilidade de seu sucesso estava ligada ao fato de que se desenrolava ainda no dispositivo de sexualidade, e não fora ou contra ele. O fato de tantas coisas terem mudado no comportamento sexual das sociedades ocidentais sem que se tenha realizado qualquer promessa ou condições políticas que Reich vinculava a essas mudanças, basta para provar que toda ‘revolução’ do sexo, toda essa luta ‘anti-repressiva’ representava, nada mais, nada menos – e já muito importante – do que um deslocamento e uma reversão tática no grande dispositivo de sexualidade. Mas, pode-se compreender também por que não se podia exigir que tal crítica fosse a chave para a história desse mesmo dispositivo. Nem que fosse o princípio de um movimento para desmantelá-lo.” (Foucault, 2010d,

3.4. Analítica do poder

Para Foucault, existem duas linhas de força, que operam como vias de mão dupla e nos ajudam a entender a dinâmica e a lógica básica do dispositivo de sexualidade. Viemos construindo o sentido dessas práticas até aqui, e fica claro que se referem às duas faces do poder sobre a vida, ora focado no corpo individual ora focado na espécie humana. São práticas consideradas fundamentais para aprofundar a compreensão sobre a biopolítica, e nos aproximam da visão de poder que Foucault propõe quando busca a gênese do saber ocidental sobre o sexo. Parece ser consenso que o autor nunca tenha dedicado nenhuma obra exclusivamente ao estudo do poder, mesmo que de certa forma essa questão atravessasse sua obra como uma das linhas mestras de seu pensamento.

Foucault dedicou-se profundamente à investigações sobre o funcionamento do poder e seus principais efeitos sobre os homens nas diversas análises históricas que realizou acerca da loucura, da sexualidade e das delinquências, bem como o fez em relação à medicina, às prisões, aos hospícios e ao “policiamento”. A questão do poder está presente em todos esses domínios de análise e acompanha cada um deles de modo imanente e indissociável. Por isso, seria inútil qualquer tentativa de enquadrar a riqueza analítica que Foucault nos oferece em uma leitura linear e sistemática.

Nesse sentido, interessa seguir o movimento que o próprio autor nos apresenta, tanto em momentos específicos e direcionados a problemas mais pontuais, como numa perspectiva que acompanhe os deslocamentos e retomadas pelas quais o autor nos faz passar. Essa perspectiva filosófica, orientada necessariamente para o tempo presente da reflexão, acaba por enriquecer sua problemática em função das pressões que sofre dos acontecimentos e do processo interno de seu pensamento, o que talvez ajude a entender como Foucault sempre se esquivou de propor uma teoria geral do poder. Por isso, apreender a abordagem do poder nesse autor implica seguir os movimentos de retomada que lhe são próprios, na medida em que ele nunca parou de reavaliar seu trabalho até o fim da vida,

constantemente reorientando o sentido de trabalhos passados em função das descobertas presentes, segundo uma urgência filosófica de reatualizar-se incessantemente.

Em 1977 Foucault reflete sobre as relações de poder e saber e nos oferece uma boa noção de como ele e seu pensamento se posicionam diante dessa problemática:

“... essa camada de objetos, melhor, essa camada de relações, é difícil de apreender; e como não se tem teoria geral para apreendê-las, eu sou, se vocês quiserem, um empirista cego, isto quer dizer que estou na pior das posições. Não tenho teoria geral e tampouco tenho instrumento seguro.” (DE,III, 216, 404)

O que temos, então, é uma série de movimentos analíticos que buscam recompor os diferentes pontos de estratificação de práticas sociais, em alguns momentos direcionados aos aspectos microfísicos do poder, em outros a seus efeitos de conjunto, ora direcionado à atuação de instituições específicas ora voltado ao funcionamento do Estado. Nesse movimento, camada por camada da estratificação de práticas sociais e a correlata instauração de estados de poder vão sendo descamadas e sobrepostas, como que em um espiral que, a cada volta, leva a análise a outro patamar que elucida elementos anteriores e indica aberturas necessárias para que a pesquisa siga se aprofundando.

Em *A Vontade de Saber* Foucault busca livrar-se de mal-entendidos que poderiam desviar a atenção dos elementos a serem considerados em sua investida analítica; mal-entendidos referentes à *“Identidade, forma e unidade” do poder* (Foucault, 2010d, p. 102). Esse desvio diante das teorizações gerais do poder implica não identificar seu exercício com uma série de instituições e aparelhos que garantem a sujeição da população de Estados específicos. Implica também a não aceitação do poder como modo de dominação que se identifica com a lei em oposição à violência, ou mesmo como sistema geral de dominação que seria aplicado por indivíduos ou parcelas da sociedade, que se impõe a outras e que, por efeitos sucessivos de derivação, acabaria por permear todo o tecido social.

“A análise em termos de poder não pode postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas

são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais” (Foucault, 2010d, p. 102)

Nesse sentido, Foucault evita partir dos efeitos de determinados estados de poder que podem ser tomados como causas, origem e matriz explicativa de seu funcionamento. Antes, e em meio a essas formas terminais, o autor busca identificar múltiplas correlações de força que são imanentes aos próprios domínios em que se exercem e terminam por organizar esse mesmos domínios a partir de seu interior. Essa perspectiva vislumbra um constante jogo de forças do qual despontam lutas e afrontamentos que permitem ler as transformações, reforços ou inversões que as correlações de força impõem umas às outras. Daí originam-se alianças ou cisões que, por fim, permitem compreender as estratégias que emergem e apresentam um panorama mais geral das cristalização das correlações de força que, por sua vez, se estabilizam e ganham corpo em instituições de aparelhos estatais, na formulação das leis, dos discursos e nas hegemonias sociais.

O suporte móvel que as correlações de força nos oferecem servem de uma só vez como chave de inteligibilidade do exercício de poder, de suas condições de possibilidade, assim como das formas de organização social. Isso se dá na medida em que não se busca a existência primeira de um ponto central identificado a um foco único de soberania produtor e propagador das formas do poder pelo tecido social, seus aparelhos, instituições e práticas oficiais. No lugar de uma unidade centralizadora, a multiplicidade de correlações de força que se produzem e reproduzem entre cada relação; suportes móveis que, devido à diferença de potencial das forças e sua desigualdade

“induzem constantemente a estados de poder... sempre localizados e instáveis... O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provem de todos os lugares. E ‘o’ poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autoprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las.” (Foucault, 2010d, p. 103)

Essa noção de poder, que foi sustentada pelo autor desde as análises dos mecanismos disciplinares apresentados em *Vigiar e Punir*, ganha novos elementos com as investigações que acompanham a ideia do dispositivo de sexualidade.

Podemos compreender esses elementos como complementos que permitem a Foucault aprofundar e ampliar essa noção em três direções distintas e assim tecer algumas proposições que indicam o seguinte: onde há poder há necessariamente resistência; as relações de poder são ao mesmo tempo intencionais e não subjetivas; e, por fim, o poder não existe como realidade a priori, mas resulta da forma como nomeamos certas relações de força. Portanto, a questão da resistência, a da intencionalidade não subjetiva do poder e, por fim, a do nominalismo como clivagem das relações de poder-saber.

3.4.1) A questão do nominalismo

A seguinte fala de Foucault revela a importância que o discurso possui na sua visão de poder, tanto quanto aquilo que entende por nominalismo: “Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição, nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é um nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 2010d, p.103)

Segundo Neto, o que está em jogo nessa fala, é o estatuto ontológico dos universais. Com isso destacam-se duas compreensões do nominalismo, uma que nos é oferecida por Foucault, onde o universal seria uma entidade real e existente representada por um nome e outra, dos nominalistas, para a qual o universal seria apenas um nome, restringindo a existência aos indivíduos.

Neste sentido, Foucault descarta os universais de antemão em suas análises. O nome que se atribui a alguma coisa ganha sentido no âmbito das práticas discursivas, sempre conectadas à produção de saberes relativos a mecanismos de poder. Daí a abertura que o autor busca nos discursos e nas práticas sociais para dizer que as palavras que designam a loucura, a delinquência, o Estado, poder, o capital, a sexualidade, o sujeito ou a verdade, não são essências permanentes, desvinculadas da história. Sua nomeação não consiste num desvelamento de algo que já existe como realidade natural, e que encontraria na linguagem um meio de se dar a ver aos sujeitos.

As implicações dessa perspectiva recaem sobre a negação da existência de objetos naturais, a-históricos e o exemplo concreto disso pode ser observado nas reflexões de Paul Veyne sobre a questão do nominalismo. Ele diz que, por mais que a loucura possa ser identificada sobre a materialidade de comportamentos

desviantes que não se enquadram na normalidade ou no senso comum, não poderíamos falar em loucura antes da existência do poder psiquiátrico, da mesma forma que não podemos falar de sexualidade antes da criação de um dispositivo de poder e saber que situa a matéria do sexo no interior de relações de força.

Com isso, podemos entender a seguinte fala de Veyne : ... “ a negação do objeto natural dá estatura filosófica à obra de Foucault...” (Veyne, 1996, p. 412) Isso quer dizer que não vamos encontrar no pensamento do autor essências permanentes ou metafísicas, alheias aos processos históricos. Dai a linguagem não ser tomada como algo independente da existência daquilo que ela nomeia. Ela não opera como um sistema fechado, que define a existência de alguma coisa partindo das relações de sentido que as palavras podem estabelecer entre si, mas antes das relações de poder que incidem sobre uma dada materialidade.

“O dar nome a essa base material ... é um processo que se forma no interior de uma prática, uma prática discursiva, que envolve campos de força e de saber, estratégia em conflito, técnicas de poder, de adestramento, de assujeitamento, de obtenção de obediência” (Neto, 2010, p. 108)

3.4.2. Poder e resistência

A questão da resistência normalmente remete a algo que aconteceria fora do alcance dos poderes constituídos, que lhes escaparia ao controle, ameaçando seu exercício. A posição de Foucault é outra nesse caso, e busca mostrar como a resistência nunca está em posição de exterioridade em relação ao poder, uma vez que é, em grande parte, responsável por mover, dar suporte e sentido para seus cálculos e para a produção de soluções estratégicas. O caráter estritamente relacional das correlações de força implica que sua existência dependa da multiplicidade de pontos de resistência que formam o contraponto das relações de poder, fazendo desses pontos o alvo adversário que direciona e indica onde e como o poder deve se conformar. Nesse sentido, a onipresença das relações de poder implicaria também onipresença dos pontos de resistência disseminados por toda sua rede; uma pluralidade de resistências que anulariam a ideia de uma resistência

centralizada e centralizadora de toda a recusa do poder, tida como “*alma da revolta, foco de todas rebeliões, lei pura do revolucionário*” (Foucault, 2010d, p. 106)

O fato de Foucault orientar a questão da resistência para o interior do campo estratégico das relações de poder não faz dela um mero subproduto dessas relações. Essa posição é necessária para que não se anule a positividade das diversas formas de resistência, transformando-as em pura negatividade passiva fadada à derrota, que inelutavelmente serão contornadas, cooptadas ou anuladas por um poder que guarda em si o lugar previsto de toda resistência. Com isso, percebemos que longe de se reduzir a alguns poucos princípios heterogêneos, as resistências “... são o outro termo da relação de poder; inscrevem-se nestas como o interlocutor irreduzível.” (Foucault, 2010d, p. 106) Sendo assim, sua distribuição no tecido social é irregular e forma uma rede cujos entrelaçamentos e focos aparecem com maior ou menor concentração no tempo e espaço, tendo como resultados levantes de coletividades ou de indivíduos de maneira permanente, provocando certos tipos de comportamento e abrindo espaço para o desenvolvimento de novos pensamentos e modos de vida.

Em certos momentos históricos podemos identificar rupturas radicais, revoluções que indicam divisões binárias e maciças de determinadas sociedades, mas o que parece mais comum para o autor são os pontos de resistência móveis e transitórios. Nesses movimentos criam-se marcas e limiares que se deslocam nas sociedades, rompendo unidades e facilitando reagrupamentos, passando pelos indivíduos de modo a criar regiões irreduzíveis e traços característicos da reorganização de suas forças físicas e subjetivas. Em função disso, podemos dizer que, assim como as redes de relações de poder formam uma malha espessa e pulverizada que permeia e ultrapassa as instituições e aparelhos estatais, também as forças que resistem pulverizam seus múltiplos pontos de exercício, permeando as estratificações sociais e os processos de subjetivação. Ler o poder a contrapelo, partindo de uma codificação estratégica dos laços e pontos de resistência é o que o autor identifica como caminho possível para criação de um estado de revolução, capaz de produzir estratégias assimétricas aos Estados quando mapeiam e proporcionam a integração institucional e normalizada das relações de poder.

De todas as maneiras, seja encarnada na forma da revolução seja na atitude de indivíduos, a resistência não deve ser tomada como mera reatividade ao poder, mas sim como outra força qualquer, capaz de afetar e ser afetada e, portanto, capaz

de resistir às pressões que sofre em seus encontros com outras forças. Por isso, é importante não moralizar a resistência nem associá-la de imediato a qualquer intenção revolucionária e transformadora; aquilo que resiste não deve ser visto como fator de liberação e de dissolução do poder, mas sim como frentes de luta que buscam restabelecer as relações de forças sob novas configurações. No que diz respeito à biopolítica, a força que ela busca afetar é a própria vida e é dela mesma que emana toda resistência em nossos tempos.

3.5.3. Intencionalidade não subjetiva do poder

A análise do que o autor define como intencionalidade não subjetiva no exercício do poder indica que essa perspectiva não busca o centro de onde o poder emana ou os indivíduos e classes sociais que o presidem e possuem o fator explicativo de seu funcionamento. Trata-se, antes de mais nada, de compreender as relações de poder como uma disputa de intenções ou interesses a partir dos quais se pode inteligir a dinâmica das forças sociais.

A possibilidade de entender o poder nessa perspectiva deve-se à existências de intenções manifestas em focos precisos, objetivos definidos que denunciam claramente toda uma série de cálculos que o atravessam de ponta a ponta. São cálculos ligados a objetivos de grupos e de indivíduos, que em determinadas situações sociais assumem posições, produzem soluções estratégicas eficazes e, com isso, revelam suas intenções, que não existiam antes de serem uma relação que motiva a produção desses cálculos.

Em função disso, entende-se que a racionalidade presente nos dispositivos de saber-poder é da ordem de táticas explícitas, tendo em vista que se inscrevem em domínios específicos e bem delimitados, algo que Foucault chama de *cinismo local do poder*. O encadeamento dessas diferentes soluções táticas locais, sua cooperação mútua, que faz umas servirem de apoio e de pressuposto às outras, acaba por desenhar estratégias de conjunto e meios para ações com efeitos globais.

Como ele o explica:

“... a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las: caráter implícito das grandes estratégias anônimas, quase mudas, que coordenam

táticas loquazes, cujos ‘inventores’ ou responsáveis quase nunca são hipócritas.” (Foucault, 2010d, p. 105)

Em função disso torna-se claro por que a rede de relações de poder é acéfala e, por conseguinte, prescinde de qualquer instância primeira que se constitua como seu princípio de causalidade. Foucault faz esse alerta para que não se siga buscando o time que preside a racionalidade das táticas de poder e a tomada de decisão de suas estratégias, ou mesmo o grupo de sujeitos que dominam os aparelhos de Estado e estão a cargo das decisões econômicas mais relevantes, sendo desse modo os senhores soberanos da rede de poderes que controlam as sociedades.

A potência de variação que constitui toda correlação de força atinge a todos os indivíduos que vivem em sociedade, na medida em que é caracterizada como princípio senão ontológico, ao menos genético de todas as relações. Isso quer dizer que as relações de poder, por mais que atinjam formas claras e cristalizadas de dominação, não deixam, por isso, de ser reversíveis, com efeitos que podem fazer a mesma potência que em algum momento se encontrava em posição dominante, no lance seguinte, adentrar uma outra zona na qual os encontros e condições já não lhe sejam favoráveis e ameacem sua soberania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse trajeto composto por recortes das genealogias que Foucault traça ao redor da medicina social e da sexualidade ocidental, percorremos duas dimensões da biopolítica derivadas dos encontros entre medicina, sexualidade e política. Ao chegar nesse ponto da pesquisa, que recobre apenas uma parte inicial dos trabalhos de Foucault sobre a biopolítica, propomos uma síntese provisória, que acompanha o autor na análise realizada tanto em sua última aula no Collège de France em 1976, no curso *Em defesa da sociedade*⁷, como no último capítulo de *A Vontade de saber*, também de 1976.

Nessas duas ocasiões o filósofo apresenta como o poder soberano, que opera sobre a vida na mesma medida em que detém o direito de matar, dá lugar a outra espécie de poder, exercido sobre a vida não porque possui o direito de fazê-la cessar, mas na medida em que é capaz de otimizar seus processos fundamentais e com isso recobrir a potência de morte simbólica da soberania com a capa administrativa dos mecanismos disciplinares e biopolíticos.

“Nesses textos, que podem ser tratados conjuntamente pois se entrecruzam, Foucault situa a biopolítica no interior de uma estratégia mais ampla, que ele denomina ‘biopoder’. E ao diferenciar biopoder do poder de soberania ao qual ele sucede historicamente, insiste sobretudo na relação distinta que entretém, cada um deles, com a vida e a morte: enquanto o poder soberano *faz morrer e deixa viver*, o biopoder *faz viver e deixa morrer*. Dois regimes, duas lógicas, duas concepções de morte, de vida, de corpo.” (Pélbart, 2003, p. 55)

⁷ Para acompanhar a passagem do regime de soberania para o biopoder focamos as considerações do último capítulo de *A vontade de saber*: “Direito de morte e poder sobre a vida”. A presente pesquisa não se aprofundou nas questões da guerra e da luta de raças, tratadas no curso acima mencionado e que, somando-se à análise da medicina social e do dispositivo de sexualidade, encerra a composição dos dispositivos de majoração da vida.

A caracterização que Foucault nos apresenta do poder soberano parte da constatação de que uma de suas características essenciais refere-se ao direito de vida e de morte, derivado “da velha *patria potestas*” (Foucault, 2010d, p. 147), que conferia ao pai de família romano poder total sobre a vida de seus filhos e escravos. Outra formulação desse mesmo direito aparece nos filósofos clássicos sob uma configuração mais branda. Foucault fala de uma atenuação, referindo-se a certos limites que foram impostos a esse direito, retirando das mãos do soberano o poder ilimitado sobre a vida de seus súditos, reduzindo-o aos momentos em que, de alguma forma, a soberania fosse posta em cheque.

Dois casos específicos apresentam essa situação de risco, nos quais o soberano se vê obrigado a reagir com toda sua força militar e ritual, marcando a morte como ápice da manifestação de seu poder. O primeiro desses casos refere-se aos tempos de guerra em que, indiretamente, o soberano exerce seu poder sobre a vida, na medida em que pode levar seus súditos à batalha, expondo-os ao risco de morte, sem por isso assumir os mesmos perigos. O segundo refere-se a ataques diretos ao soberano, presentes nas manifestações de súditos que se levantam contra ele ou suas leis. Neste caso, pode-se atuar diretamente sobre a vida, imputando castigos rituais voltados ao restabelecimento e à afirmação da força guerreira do soberano. Sob essas condições o poder sobre a vida não é total, uma vez que o direito de matar é exercido como condição de sobrevivência do soberano.

De todas as maneiras, o que deve ficar claro é que, em qualquer uma dessas formulações, existe uma *assimetria* na operação do poder soberano, que estabelece seu domínio sobre a vida valendo-se do “direito de **causar a morte e deixar viver.**” (Foucault, 2010d, p. 148) Foucault observa que esse tipo de poder é característico de uma organização social que se sustenta valendo-se de mecanismos que confiscam e subtraem as riquezas, a produção, o trabalho e a própria vida.

“O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Foucault, 2010d, p. 148)

O deslocamento na estruturação do direito de morte é correlata a mudanças radicais dos mecanismos de poder, observadas a partir da época clássica. Essas

mudanças fazem que o *confisco* não se aplique mais como função principal do poder, conectando-o a um conjunto maior de estratégias, cujas funções atuavam tanto na direção de disciplinar os corpos, como na de gerir e majorar as forças da população. Uma nova configuração dos mecanismos de poder e saber, das formas de produção, dos regimes legais, das instituições políticas, da organização e uso da vida em sociedade.

Para Foucault a matéria essencial de inscrição do biopoder está nos indivíduos de uma população, em sua subjetividade, corpo, desejo, coletividade, discurso, entre outras coisas. Esse poder que tem como função primeira zelar pela vida, fazer que suas forças cresçam, proliferem e se organizem deve sem falta dar à vida e à morte um novo sentido, assim como aos fenômenos fundamentais que concernem a ambos. O direito de morte migra para o campo da vida, justifica-se por meio dela e manifesta-se como seu resguardo; passa a ordenar-se a partir das necessidades de um poder que, para gerir a vida, deve afastar a morte o máximo possível, calar seus rituais de passagem e deixá-la acontecer de maneira privada.

A morte aparece, nesse novo contexto, como o avesso do “direito do corpo social garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la” (Foucault, 2010d, p. 149). Já não marca mais o fundamento do poder soberano e o momento de sua manifestação última sobre a vida. Essa espécie de exílio da morte não parece ser ocasional. Quanto mais aprofundaram-se as expressões da vontade de poder e saber do homem sobre o homem, mais a vida foi posta em risco em grande escala. O crescimento das populações, todas as melhorias conquistadas no campo da saúde, da higiene, da capacidade produtiva e dos serviços públicos, foram acompanhadas da intensificação dos massacres de populações, expostas à morte por seus próprios regimes em guerras que, sucessivamente, ganharam proporções maiores. Algo que desde o século XIX foi se desenvolvendo em tecnologia, inteligência e formas de expor à guerra todos os limites da existência.

“esse formidável poder de morte - e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites – apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende a gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício sobre ela, de controles preciso e regulações de conjunto... Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos

regimes puderam travar tantas guerra, causando a morte de tantos homens... O princípio: poder matar para poder viver, que sustenta a tática dos combates, tornou-se o princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica - de população.” (Foucault, 2010d, p. 149)

Foucault diz que não ha dúvidas quanto à importância do biopoder na criação de mecanismos que possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo. Por certo parte importante dessa nova forma de poder, que surge por volta do século XVIII, desenvolveu-se para responder a demandas econômicas, por meio das quais foi possível inserir os corpos em mecanismos de produção de forma calculada e sintonizar os fenômenos populacionais aos sistemas econômicos. Ainda assim, essas não foram as únicas demandas do desenvolvimento capitalista solucionadas por dispositivos biopolíticos.

Para além da operacionalidade econômica⁸ aparece uma série de outras necessidades voltadas a ações de controle e incitação da vida, que deveriam operar simultaneamente, como métodos capazes de aprimorar as aptidões dos corpos, fazer suas forças crescerem, ao mesmo tempo que diminuían seu potencial político de revolta. Com isso, percebemos que as *duas faces* do biopoder, as suas expressões concretas sob as quais toma forma – uma anatômica e a outra biológica –, conquistam o corpo social de ponta a ponta, atravessando instituições diversas, instrumentalizando e intervindo nos sistemas econômicos, facilitando relações de dominação e a criação de *efeitos de hegemonia* que organizam e distribuem as relações de força, o poder e suas formas diferenciais de atuação sobre a sociedade.

Nas considerações finais de *A Vontade de Saber* Foucault retoma um pensamento que havia lançado na primeira conferência sobre a medicina social, considerando a forma pela qual a vida entra na história. Não é só o risco médico que deve ser considerado como fator que faz a vida exercer pressão sobre a história, uma vez que todos os aspectos vitais da espécie humana são considerados e entram nos cálculos e estratégias do biopoder. Novos aspectos da vida passam a

⁸ “o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial dos lucros foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos” (Foucault, 2010d, p. 154)

surtir efeito sobre o desenvolvimento da história humana. Superados os problemas da fome e das epidemias, as sociedades ocidentais começam a conquistar certa folga em relação a seus principais fatores de mortalidade, abrindo espaço para que os mecanismos de poder comecem a intervir concretamente sobre os processos básicos da vida.

“Se pudéssemos chamar ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. Fora do mundo ocidental, a fome existe numa escala maior do que nunca; e os riscos biológicos sofridos pela espécie são talvez maiores e, em todo caso, mais graves do que antes do nascimento da microbiologia. Mas, o que se poderia chamar de ‘limiar da modernidade biológica’ de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso capaz de existência política; o homem moderno é o animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (Foucault, 2010d, p. 155-156)

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel . *Ditos e escritos*, vol. IV. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel . *Ditos e escritos*, vol. V, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010b.

_____ *Ditos e escritos*, vol. VI. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010c.

_____ *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ *Historia da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010d.

_____ *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2008.

_____ *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 2005.

_____ *Incorporación del Hospital en la Tecnología Moderna*. Trad. Nossa. (*Educación médica y salud* * Vol. 12, No. 1 (1978) p. 26)

_____ *Crise da medicina ou crise da antimedicina*. Trad. Nossa. (*Verve*, 18:167-194, 2010e)

_____ *Le Jeu de Michel Foucault*. Trad. Leon Farhi Neto. Texto 206 [1977]. In: *Dits et écrits* vol.2, p 299.

_____ *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo, Martinsfontes, 2010.

PELBART, Peter. *Vida Capital. Ensaio sobre biopolítica*. São Paulo: Ed Iluminuras, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo, Ed 34, 2004.

_____ *Foucault*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2008.

_____ *Crítica e Clínica*, São Paulo, Ed 34, 2006.

_____ *A ilha deserta*. São Paulo, Iluminuras, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O governo das desigualdades*. São Paulo, Edufscar, 2011.

NETO, Leon. *Biopolíticas. As formulações de Foucault*. Florianópolis, Cidade Futura, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1999.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro, Zahar. 2009.

CASTRO, Edgardo. *Diccionario Foucault*. Trad. Nossa. Buenos Aires, Siglo Veintiuno. 2011.

COCCO, Giuseppe. *Mundobraz o Devir-mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2009.

VEYNE, Paul. *Foucault révolutionne l'histoire. in: Comment on écrit l'histoire*. Paris, Seuil, 1996.